

**AUTOMÓVEL
CLUB
DE PORTUGAL
RELATÓRIO
E CONTAS
2011**



AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Assembleia Geral Ordinária

Convocatória

Nos termos dos artigos 27º e 33º dos respectivos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Automóvel Club de Portugal para reunir na sua sede, na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, pelas 9:00 horas do dia 30 de Abril de 2012, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Apreciar e votar o relatório de gestão, as contas do exercício e o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2011, nos termos da alínea a), nº 2, do artigo 27º dos Estatutos. Apreciar e votar ainda o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas do Automóvel Club de Portugal, bem como o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2011.

Nos termos do nº 3 do artigo 33º dos Estatutos, caso, na data e hora previstas nesta Convocatória, não estejam presentes metade dos Associados, fica desde já convocada a Assembleia Geral para reunir às 9:30 horas, em segunda convocação, podendo deliberar com qualquer número de Associados.

Nos termos do nº 4 do artigo 33º dos Estatutos, os documentos referidos no Ponto Único da Ordem de Trabalhos podem ser consultados pelos Associados no site do ACP (www.acp.pt), na sede do ACP ou nas suas delegações e secções regionais, dez dias antes da Assembleia Geral.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2012.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Miguel de Gouveia Rebocho Esperança Pinal)



Mensagem do Presidente

O ano de 2011 foi particularmente especial para todos nós. O ACP atingiu os 250 mil sócios, reforçando-se como o maior clube de Portugal.

Quando no ano passado prestámos contas, sublinhei a importância da criatividade – aliada ao trabalho é a mais poderosa arma para uma empresa conseguir vingar. Estando o país a viver uma situação financeira muito difícil, só indo ainda mais junto das pessoas e das suas necessidades é possível fazer a diferença.

Como em todas as empresas, houve que tomar decisões e fazer escolhas. Mas sempre na certeza de estarmos a agir em defesa dos interesses dos nossos sócios.

Foi com esse espírito que cessámos em 2009 o contrato com a Repsol Portuguesa, S.A. - os descontos não satisfaziam nem os sócios nem o ACP, aos fins de semana a gasoil praticava descontos de 5 cêntimos para o público em geral e de 4 cêntimos para os sócios do clube. Tentámos sucessivamente negociar as condições mas a Repsol recusou todas as propostas.

A gasoil optou pelos tribunais, processo que, em primeira instância condenou o ACP. Por considerar tal decisão injusta, o ACP recorreu da sentença e aguarda serenamente a decisão judicial.

Precisamente por esse motivo, as contas de 2011 apresentam um resultado negativo que resulta principalmente de ter sido constituída uma provisão para fazer face ao processo judicial em causa.

Em todo o momento a preocupação primeira do ACP é com os seus sócios e as vantagens que lhes assistem. Por isso, o clube cessou um contrato que não ia de encontro a estes princípios e celebrou uma parceria com a BP Portuguesa, S.A. que provou que era de facto possível ter mais e melhores vantagens para os sócios. Hoje, o ACP oferece aos seus sócios os maiores descontos em combustível do país: entre 6 a 12 cêntimos e 9 a 15 cêntimos ao dia 9 de cada mês, acumuláveis com o desconto em bomba.

No ano passado, o ACP voltou a ajudar o País com o WRC Vodafone Rally de Portugal, o evento desportivo que mais retorno económico trouxe a Portugal – 91,8 milhões de euros. Mesmo sem um dos prometidos apoios do Estado, por parte do então secretário de Estado do Desporto, Laurentino Dias, cumprimos com a excelência da nossa marca, reconhecida internacionalmente.

Ainda assim, é devido um agradecimento às instituições públicas que estiveram sempre connosco. Aos nossos parceiros, o nosso obrigado, juntos fazemos a diferença.

O clube é uma referência de rigor, credibilidade e competência na defesa dos automobilistas, dos consumidores e da população em geral.

Os mais de 250 mil sócios são a melhor recompensa disso mesmo.

Carlos Barbosa

1. ASSOCIATIVISMO

O ACP terminou o ano de 2011 com mais de 250.000 sócios, tendo-se angariado durante o corrente ano 28.314 novos sócios. Este forte crescimento de novos sócios é explicado essencialmente pela aposta em novos canais de angariação, facilidades de pagamento de quotas e por uma comunicação mais focada nas necessidades dos sócios.

ACP JÚNIOR - O ACP Júnior tem apresentado desde sempre um crescimento sustentado devido à dinamização de melhores parcerias que oferecem um leque muito variado de vantagens tanto para os mais pequenos como para os respetivos pais.

ACP MULHER - O ACP Mulher encerrou o ano de 2011 com 57.340 mulheres (mais 4% face ao ano anterior) com idade igual ou superior a 18 anos, passando o género feminino a representar cerca de 24% da base total de sócios.

Levou a cabo diversos cursos e workshops:

- Mecânica
- Maquilhagem
- Look and Styling
- Cozinha Italiana
- Cuidados com o Sol

ACP CAMPISMO, CARAVANISMO E AUTOCARAVANISMO - Em 2011 destaca-se a realização do II Encontro Autocaravanista ACP, o qual teve lugar em Estói, onde marcaram a sua presença 50 autocaravanas do ACP.

Com o intuito de melhor servir os nossos sócios, o ACP continuou a desenvolver novas parcerias com parques de campismo, tendo crescido 23% em parcerias nacionais.

O número de reservas via ACP aumentou cerca de 15% face ao ano anterior o que significa que o ACP está presente nas opções de férias dos sócios.

Em relação aos serviços prestados no campismo, emitiram-se e revalidaram-se 1085 cartas nacionais e 390 internacionais.

ACP AUTOS - O ACP Autos, continua como referência do setor automóvel para os sócios. Através da sua área no site do ACP, disponibiliza toda a informação útil a quem tem um automóvel ou a quem pretende comprar ou vender um carro. O configurador de automóveis novos, é uma ferramenta bastante útil para, num só portal e à distância de um clique, obter uma consulta aprofundada, fidedigna e isenta de todos os veículos disponíveis no mercado. Permite comparar dois ou mais veículos, construir equipamento opcional respeitando as configurações do fabricante e visualizar as vantagens, desvantagens e diferenças de um veículo sobre os restantes, com dados claros, objetivos e precisos, sem opiniões subjetivas, apenas dados imparciais.

Em 2011 o "ACP Usados 5 estrelas", teve um crescimento de 18%. A aposta na abertura de um espaço de exposição permanente, no final de 2010 na zona de Lisboa, teve tanto sucesso que, por solicitação dos sócios da zona norte, foi inaugurado no 2º semestre de 2011, o stand ACP Usados no centro do Porto, junto à "Casa da Música". Este espaço com capacidade para cerca de 30 viaturas permanentemente em exposição, insere-se numa política de crescimento e penetração no mercado de usados, oferecendo aos sócios um produto de qualidade a preços imbatíveis.

Reforçando a sua posição no mercado dos usados, o ACP Usados lançou um novo serviço, a Certificação Técnica de Usados ACP/DEKRA, que permite aos sócios saberem o verdadeiro estado do seu carro ou daquele que pretendem comprar.

ACP AUTOCRÉDITO - Apesar da recessão económica e financeira, o ACP Autocrédito continuou a apresentar taxas muito competitivas, tanto em viaturas novas como em viaturas usadas, facto relevado por 70% dos 164 contratos serem de viaturas usadas adquiridas através do ACP Usados 5 Estrelas.

ACP MASTER - Com o objetivo de fidelizar e reter atuais sócios assim como de captar novos sócios, foi feita uma total reformulação estratégica do programa cartão de crédito ACP Master.

Trata-se atualmente do melhor cartão crédito do mercado, que oferece 4% de desconto adicional sobre o valor dos pagamentos de combustível nos postos BP, reembolsa a comissão cobrada de €0,50 por transação para além de 1% de desconto em todas as outras compras.

ACP ASSISTÊNCIA MÉDICA - A Assistência Médica ACP (médico em casa) teve um crescimento de 44% face ao ano anterior.

O preço das consultas manteve-se nos 10€ e manteve-se igualmente o serviço de aconselhamento médico por telefone gratuito 24 horas/dia.

ACP SAÚDE PRIME - Serviço de Saúde que dá acesso a médicos e unidades de saúde privadas, sem plafonds, sem limite de idade, a preços de 35€ por consulta. A Rede Saúde Prime conta com mais de 11.000 prestadores e está presente em todas as regiões do país. Apresentou um crescimento de 32,5%, *versus* 2010, tendo atingido 5.166 aderentes.

PLANO DE SAÚDE ORAL - Os sócios poderão beneficiar de consultas gratuitas e tratamentos a preços reduzidos sem limites nem plafonds.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO LAR - Serviço ACP que resolve todo o tipo de problemas no lar por profissionais especializados, a preços convencionados, 24 horas/dia, com um ano de garantia nos serviços prestados, deslocações e orçamentos gratuitos. Em 2011, foram recebidos 4.886 pedidos de Assistência no Lar.

ACP BRIDGE - Com o objetivo de encontrar novos interesses para os sócios, o ACP deu início a uma nova atividade no final do ano - o Clube de Bridge.

ACP SOLUÇÕES FINANCEIRAS - A conjuntura atual e a forte descida dos níveis de confiança da população em geral provocou uma diminuição da procura deste serviço, mas em contrapartida, a taxa de sucesso dos processos aumentou tendo passado de 12% para 16%.

DOCUMENTAÇÃO – O ACP continuou a modernização do sistema de renovação de cartas on-line, atingindo os seguintes indicadores de performance:

- 26.878 Cartas de Condução e Conservatória
- 12.003 Licenças Internacionais de Condução
- 9.188 Consultas médicas
- 259 Processos de Importação
- 77 Documentos marítimos

LOJA/MERCHANDISING – A estratégia de merchandising foi alavancada com a aposta nas categorias da prevenção, segurança e soluções ACP.

DELEGAÇÕES ACP – O clube chegou ao final do ano com 24 delegações próprias. O ACP está representado em todo o Portugal Continental e Ilhas com exceção dos distritos de Portalegre e Beja.

A faturação das delegações ultrapassou os 5,5 milhões de euros. Trataram quase 70.000 processos de documentação, fizeram 13.174 sócios, venderam 6.335 apólices de seguros (ou seja um crescimento de 17,2%) atingindo uma faturação de cerca de 1,5 milhões de euros, e comercializaram cerca de 13.000 vias verdes.

COMUNICAÇÃO – Identificadas as necessidades do clube junto do público em geral, foi efetuadas um conjunto de ações de comunicação ao longo do ano, com o objetivo principal de angariação de novos sócios.

Os principais temas tratados foram:

- Médico em casa
- Desconto combustível
- Cartão saúde prime
- Carros usados com garantia ACP
- Mecânico na estrada 24 horas
- ACP atinge 250.000 sócios
- Seguros ACP
- Documentação ACP
- Descontos ACP

A estratégia tem sido dar a conhecer os vários produtos e serviços do ACP.

CONTACT CENTER – O Apoio ao Sócio integrou a mesma plataforma usada no centro de Assistência em Viagem, permitindo aumentar as sinergias e elevar a qualidade da resposta ao Sócio ACP.

Responsável pelo atendimento de 115.386 chamadas, o Apoio ao Sócio efetuou 96.639 chamadas o que totaliza 212.025 contactos entre o Clube e os seus associados.

Das tentativas de contacto com o Apoio ao Sócio, 94% dos sócios foram atendidos dentro dos níveis de serviço estipulados.

SITE ACP – Foi o ano do crescimento do ACP, no mundo digital.

O site ACP foi visitado por cerca de 500.000 utilizadores únicos e foram visualizadas perto de 5 milhões de páginas.

O canal site angariou 2.700 novos sócios, o que representa um crescimento de 30%.

O Facebook tem tido um importante papel na informação e divulgação das atualidades e ofertas do clube tanto para os atuais sócios como para os “ainda não sócios”.

CRM – Desde 2007, o ACP tem em funcionamento uma solução de CRM com o objetivo de otimizar o atendimento e prestação de serviços aos seus associados, assim como melhorar o conhecimento acerca dos mesmos.

No sentido de dar continuidade a esse projeto foi realizado um levantamento do nível de maturidade dos processos do ACP e da sua infraestrutura de Tecnologia de Informação com o objetivo de obter uma visão holística do sócio ACP (projeto denominado de “One ACP”) e permitir uma relação personalizada independentemente do canal utilizado.

Este projeto tem as seguintes áreas de intervenção:

- “Experiência ACP” - Proporcionar uma experiência personalizada, com foco na centralização de dados e processos - disponibilização do sistema de CRM a todas as áreas do clube;
- “Dinamização de Vendas” – Estruturar a oferta ACP e criar ferramentas de suporte ao processo de venda;
- “Promover ACP” - Divulgar o ACP e criar maior conhecimento de marca com comunicação mais eficaz e em mais canais;
- “Controlo de Actividade” - Medir os resultados e criar mecanismos para refinar processos ou a oferta.

PARCERIAS – O ACP continua a ter a maior rede de parcerias a nível nacional, tendo fechado 2011 com 5.819 parceiros de desconto, o que representa um crescimento de 26% face ao ano anterior.

EVENTOS – O ano de 2011 foi especialmente rico em eventos. Os eventos têm como objectivo não só a angariação de sócios, bem como a dinamização do clube.

O ACP foi o clube escolhido este ano para organizar em Abril, os Spring Meetings da FIA, que trouxe a Portugal trezentas pessoas dos diferentes clubes congéneres, durante 5 dias onde o próprio presidente da FIA, Jean Todt, participou.

Outro evento inovador foi o ACP Student Drive Camp, evento de prevenção rodoviária que se realizou em conjunto com a Forum Estudante. Os alunos do secundário foram convidados a fazer blogs sobre segurança rodoviária ao longo do ano.

O Vodafone Rally de Portugal marcou mais uma vez presença no calendário nacional como o maior evento desportivo automóvel nacional.

Foram desenvolvidos outros eventos nas áreas: ACP Motorsport, ACP Golfe; ACP Clássicos, ACP Jovem, ACP Júnior, ACP Mulher, ACP 4x4, ACP Campismo e Caravanismo, ACP Bridge, ACP Autos.

CENTRO DE EXAMES – O ACP tem dois centros de exames, um no Carregado e outro no Porto.

No ano em curso foram efetuados nos dois centros de exames 24.769 exames teóricos e 24.502 exames práticos, num total de 49.271 exames, sendo o fator determinante a possibilidade de reservar os exames para determinado dia e hora, num prazo máximo de 7 dias.

ESCOLAS DE CONDUÇÃO – O ACP tem três escolas de condução nas três principais cidades portuguesas – Lisboa, Porto e Coimbra.

Tem como objetivo não dar aulas para tirar a licença de condução, mas sim promover comportamentos de condução responsável ao volante e reduzir a sinistralidade na estrada.

SGDI - SERVIÇOS DE GESTÃO DOCUMENTAL E INFORMAÇÃO

Os Serviços procederam à avaliação da satisfação de clientes (Serviços e Sócios) com a implementação de inquérito adequado, tendo sido alcançado um nível de satisfação de 87,8% e 88,8% respetivamente e de fornecedores e prestadores de serviços.

Foi cumprido o Programa de Auditorias do SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade estipulado, tendo sido renovado o Certificado de Conformidade ISO9001:2008.

ACP CLÁSSICOS - O ACP Clássicos terminou o ano de 2011 com 3.926 membros ativos contando com 11500 viaturas entre automóveis e motos nas categorias de clássicos e futuros clássicos propriedade dos membros ACPC.

Realizaram-se várias provas destacando-se:

a) Não desportivas: o Passeio dos Desportivos Ingleses com 165 automóveis; o Passeio da Primavera com 110 automóveis; o Passeio de Outono com 55 automóveis; o Passeio dos 50 Anos do Jaguar E-Type com 50 automóveis e Chiado na Moda com 40 equipas,

b) Desportivas: as 500 Milhas ACP com 70 equipas, o Raid Figueira da Foz-Lisboa com 20 equipas e o Rali de Portugal Histórico com 110 inscritos. Institucionalmente ao longo do ano o ACP Clássicos manteve contactos com as diversas instituições oficiais IMTT, DGCI e DG Alfandegas para melhoria do estatuto de Viatura de Interesse Histórico, tendo conseguido criar uma exceção para as Viaturas Históricas poderem circular na cidade.

ACP GOLFE - No ano de 2011 o ACP Golfe manteve uma angariação significativa, embora cerca de 28% abaixo de 2010. Dos 136 novos membros, 31% foram também novos sócios ACP. Perante uma demissão em grande número de membros no final da época o clube finalizou o ano com 918 membros efetivos.

O ACP Golfe organizou 27 torneios mensais, as edições do Campeonato do clube nas modalidades *strokeplay* e *stableford*, a 2ª Edição do Troféu Nacional ACP, e participou com uma equipa no Inter-clubes sem campo e no nacional de clubes. E Aumentou o número de provas para os seniores.

Tornou ainda mais visível a sua actividade, pois além da Revista ACP, programas televisivos, jornais desportivos e revistas da especialidade, a promoção e divulgação de todos os eventos, torneios e das parcerias, deu continuidade à revista trimestral do clube, exclusiva para membros golfe.

Foram consolidadas e reforçadas as parcerias com campos e academias de golfe, tendo o clube marcado presença em várias iniciativas nacionais de demonstração de golfe, no âmbito de apostas da Federação Portuguesa de Golfe relativamente aos jovens portugueses.

Alargou o leque de vantagens de acesso aos campos para os mais novos, pois representam o futuro deste desporto no clube e no país em geral.

Numa altura continuamente difícil, manteve a quota de acesso ao clube nos 60€, com o objectivo de continuar a ser indiscutivelmente uma das mais baixas do mercado, traduzindo-se numa referência para qualquer jogador que deseje iniciar-se na modalidade.

REVISTA ACP - Principal meio de comunicação com os sócios, a revista editou 11 números com uma circulação média de 185 mil exemplares, e atingindo cerca de 382 mil leitores (audiência média de 4,6 segundo o estudo Bareme da Marktest) o que representa um aumento de 10%.

Foi um ano particularmente difícil para a revista, já que não só houve um aumento significativo de custos de produção e distribuição, como teve um decréscimo de publicidade que embora inferior ao verificado no setor, foi fortíssimo.

DESPORTO - Em 2011, o Automóvel Club de Portugal (ACP), na sequência da conjuntura económica viu-se forçado a organizar menos provas do que nos anos anteriores, mantendo, no entanto, as suas provas mais emblemáticas.

Organizou o Vodafone Rally de Portugal, mais uma vez incluído no WRC – World Rally Championship permitindo que os principais pilotos e marcas automóvel concorrentes marcassem presença em Portugal. A principal inovação do ano foi a realização da Super Especial em Lisboa, na Praça do Império, com o Mosteiro de Jerónimos como pano de fundo.

Em termos de provas de Todo-o-Terreno, destaca-se a organização da 25ª edição da Baja BP Ultimate Portalegre 500, prova pontuável, pela primeira vez, para a Taça do Mundo FIA TT, registando neste ano de efeméride mais de 500 participantes o que constitui um recorde desde que a prova passou a ser organizada pelo ACP.

Destaca-se igualmente a organização de mais uma edição das 24 horas de TT na Vila de Fronteira, novamente com um elevado número de inscritos, os quais esgotaram a capacidade da infraestrutura do terródromo de Fronteira e que é sintomático da popularidade que esta prova tem junto dos praticantes do Todo-o-Terreno.

Finalmente, destaca-se a organização de 2 provas de regularidade; as 500 Milhas ACP e o Rally de Portugal Histórico, prova que recria alguns troços antigos do Rally de Portugal e que contou quase com uma centena de viaturas participantes.

O ACP continua a organizar as mais importantes provas de desporto motorizado que se realizam em território nacional, cumprindo com a vontade dos seus sócios, o que apenas é possível graças a toda a estrutura organizativa do clube e ao apoio inequívoco de todos os adeptos do desporto motorizado em Portugal.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O ACP integrou os seguintes organismos:

- Presidência do Conselho Geral da Prevenção Rodoviária Portuguesa
- Membro da Direção e sócio fundador do Centro de Informação, Mediação Provedoria e Arbitragem de Seguros – CIMPAS
- Vice-presidente do Conselho Geral da Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa - EMEL
- Presidência do Conselho Fiscal do Centro de Arbitragem do Sector Automóvel - CASA
- Presidência do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto das Estradas de Portugal
- Membro do Conselho Geral da Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Sintra
- Membro da Direção do Museu dos Transportes e Comunicações

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O ACP foi o clube organizador da International Club Conference 2011 que decorreu de 17 a 20 de Maio no Estoril e onde tiveram lugar as reuniões anuais do Eurocouncil e a Plenary Assembly da Região I da FIA. Nesta conferência realizaram-se também a ARC Europe Plenary Session e a reunião do ARC Advisory Board. Estiverem presentes 192 delegados de 45 países.

No âmbito das suas funções como representante da FIA junto da Comissão Europeia, o presidente do ACP, Carlos Barbosa, participou também em todas as reuniões do World Council for Motorsport e acompanhou as reuniões FIA de todo o terreno e WRC.

O ACP manteve, ao longo de 2011, a sua presença nos seguintes Grupos de Trabalho do FIA European Bureau: Transport & Mobility WG, Legal & Consumer WG, Technical WG e Eurotest. Mário Martins da Silva manteve as suas funções de Chairman no Advisory Board do ARC garantindo uma vez mais a presença do ACP no Business Standing Committee.

Finalmente, como membro fundador da FIA, o ACP esteve presente nas reuniões levadas a cabo por aquela entidade e destinadas apenas aos 13 clubes fundadores.

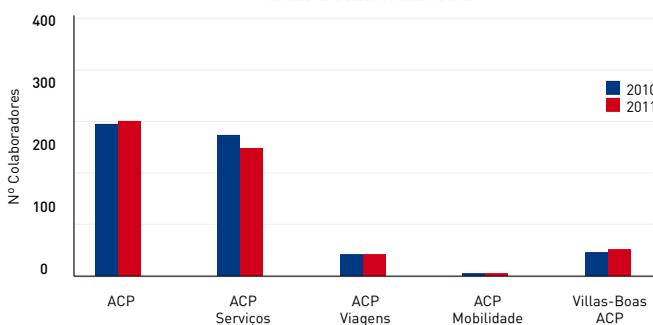
O ACP foi convidado para realizar a próxima reunião dos FMC que terá lugar em Abril de 2012.

A Club Correspondent do ACP foi eleita, pela FIA, a Club Correspondent of the Year.

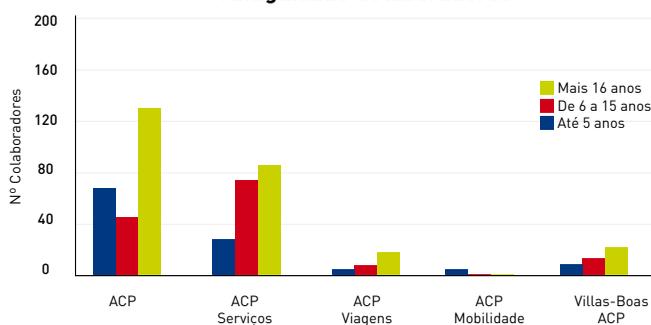
2. RECURSOS HUMANOS

Em matéria de Gestão Administrativa de Pessoal e Capital Humano, o ACP e Associadas, faz por estar sempre na vanguarda e no cumprimento escrupuloso de todas as disposições legais, salvaguardando assim, os atos de gestão praticados, em relação aos Recursos Humanos.

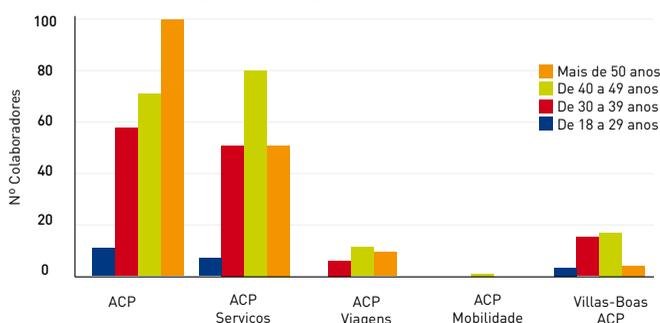
**ACP e Associadas
Total Colaboradores**



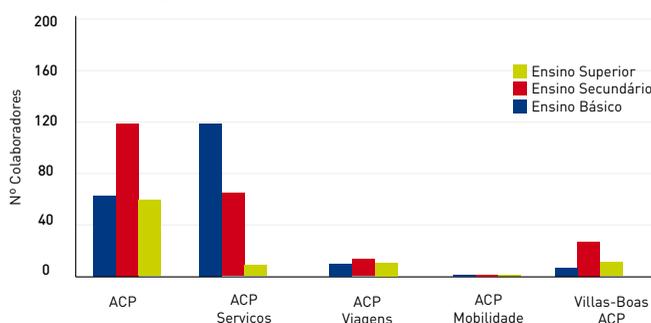
**ACP e Associadas
Antiguidade Colaboradores**



**ACP e Associadas
Estrutura Etária Colaboradores**



**ACP e Associadas
Estrutura Habitacional Colaboradores**



3. SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

Os resultados negativos apresentados em 2011 foram extremamente influenciados pela constituição e reforço de provisões para processos judiciais e outras, as quais ascenderam a mais de 2 milhões. O resultado líquido negativo é ainda explicado pela redução nos ganhos em empresas associadas, destacando-se o reconhecimento com um efeito nas perdas no valor de cerca de 650 mil euros, de uma anulação de *goodwill* de uma empresa participada indiretamente pelo ACP (através da participação na Villas-Boas ACP - Corretores Associados de Seguros, Lda.).

A redução verificada no volume de negócios deve-se essencialmente à não realização em 2011 da Prova de Todo-o-Terreno Estoril-Marrakech, a qual não tem um efeito negativo na performance, atendendo à redução nos gastos que este facto provocou.

Importa ainda referir a ocorrência de nova redução nos subsídios às provas organizadas pelo ACP que contribuíram igualmente para o resultado apresentado.

Excluindo o efeito das provisões e do movimento extraordinário observado nos investimentos financeiros, os resultados do ACP seriam positivos, permitindo a apresentação de um EBITDA (Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization) e de um EBIT (Resultados Operacionais) em linha ou até ligeiramente superiores aos valores registados em anos anteriores.

Resultados	2011	2010
Volume de Negócios	24 346 403	26 997 807
Subsídios à Exploração	970 000	1 645 700
Ganhos/perdas empresas associadas	503 380	1 386 294
Varição de imparidades/provisões	(2 085 756)	137 640
EBITDA	(1 239 168)	1 374 132
Margem EBITDA	-5,1%	5,1%
EBIT	(2 404 419)	104 281
Resultado antes de Impostos	(2 305 564)	144 247
Resultado Líquido	(2 311 291)	135 877

Unidade: Euros

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A redução do volume de negócios consolidados, para além do efeito direto do ACP é ainda explicada pela cessação do contrato com a Liberty de resseguro de Assistência em Viagem, o qual era assegurado pelo ACP Mobilidade, contudo este, tal como no efeito mencionado no comentário à situação económica e financeira do ACP (contas individuais) permitiu uma maior redução dos gastos, designadamente dos fornecimentos e serviços externos.

Tal como no caso das contas individuais, excluindo os mesmos efeitos atrás mencionados, das imparidades de investimentos financeiros nas empresas participadas e das provisões, os principais indicadores de resultados observariam uma evolução positiva.

Resultados	2011	2010
Volume de Negócios	31 816 403	41 655 778
Subsídios à Exploração	970 000	1 645 700
Ganhos/perdas empresas associadas	320 863	1 557 889
Varição de imparidades/provisões	(2 373 851)	(69 381)
EBITDA	(817 154)	1 967 555
Margem EBITDA	-2,6%	4,7%
EBIT	(2 247 468)	455 479
Resultado antes de Impostos	(2 118 700)	510 659
Resultado Líquido Consolidado	(2 356 666)	135 877

Unidade: Euros

5. ESTRUTURA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A performance negativa do ano 2011 implicou uma pequena degradação da estrutura financeira do ACP, apesar da mesma se manter bastante equilibrada, apresentando uma autonomia financeira de 46%.

Importa salientar a redução nos ativos e passivos correntes resultado da diminuição do ciclo financeiro de exploração, designadamente através da melhoria dos prazos médios de recebimentos e pagamentos.

Em termos gerais, os investimentos financeiros tiveram um impacto positivo na performance do grupo, destacando-se pela positiva o ACP Mobilidade, cuja cessação do seu principal contrato permitiu melhorar substancialmente os respetivos resultados, o ACP Serviços que mantém um desempenho positivo e a Villas-Boas ACP, Lda. que contribuiu igualmente de forma positiva para os resultados do grupo, apesar da já mencionada operação numa das suas participadas com impacto negativo nas suas contas, ainda que meramente contabilístico. Pela negativa é de salientar, o ano muito difícil do ACP Viagens, inserido num setor que tem sofrido muito com a forte redução da procura interna.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Não estando o ACP sujeito ao Código das Sociedades Comerciais, vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

Risco de preço / mercado

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não prevêem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa

O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

7. DEPARTAMENTO JURÍDICO

O Departamento Jurídico do ACP teve em 2011 uma atividade diversificada, a saber:

- Apoio Jurídico ao sócio;
- Assessoria jurídica na área da defesa do automobilista;
- Acompanhamento de questões jurídicas europeias;
- Representação jurídica do clube na Federação Internacional do Automóvel;
- Representação do clube no CIMPAS – Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros, no CASA – Centro de Arbitragem no Sector Automóvel e na EMEL, entre outros.

Na área da defesa do automobilista, em resultado da campanha do clube denunciando a falta de concorrência no setor dos combustíveis em Portugal, foi aprovada pela Assembleia da República a Resolução nº 84/2011 de 11 de Abril e a Resolução nº 90/2011 de 15 de Abril, nas quais se recomenda ao Governo entre outras, que promova uma avaliação por uma entidade independente sobre a formação dos preços de combustíveis em Portugal que permita retirar conclusões concretas sobre se existe ou não um clima verdadeiramente concorrencial no setor, que publique finalmente um decreto-lei específico que passe a permitir que haja concorrência e novos players no mercado ao nível da refinação, transporte, licenciamento e armazenamento e a definição de um modelo que assegure a possibilidade de livre escolha, por parte dos consumidores, às gamas de combustíveis líquidos mais económicos.

Ainda em resultado desta campanha, o ACP conquistou o segundo prémio do Legal Award da FIA, que premeia os clubes que, a nível mundial, fizeram as campanhas mais relevantes e de maior impacto na defesa dos direitos dos automobilistas.

Dirigido aos sócios do ACP, o Apoio Jurídico presta um serviço diário gratuito de consulta sobre questões relacionadas com o automóvel e moto. Em 2011, este Departamento efetuou 4.216 consultas jurídicas.

8. EMPRESAS ASSOCIADAS

ACP – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, LDA.

O ACP Serviços de Assistência registou uma contração da sua atividade. O montante da faturação representa um decréscimo de 48% face ao ano anterior, devido essencialmente à inexistência do negócio da Liberty (via ACP Mobilidade).

Os resultados líquidos face a 2010, representam uma quebra em cerca de 59%. No entanto a empresa mantém a sua posição de líder de mercado no segmento das marcas automóveis independentemente da feroz concorrência.

Os serviços de assistência prestados ao ACP (assistência aos sócios), representam cerca de 46% do total do volume de negócios.

Atividade do ACP Serviços de Assistência em números

Números chave – Assistência em Viagem	
Assistências a Veículos	74 296
Assistências a pessoas	10 293
Assistências com meios próprios	49 284
Desempanagens	42 264

Importa referir que foram prestadas 44.635 assistências a Sócios do ACP em 2011, com uma taxa de desempanagem de 52%. De salientar o aumento significativo da percentagem de serviços efetuados com meios próprios, atingindo 60%, em 2011, tendo sido subcontratados apenas 40% a fornecedores externos.

Ao nível dos meios operacionais, prosseguiu-se com o plano de renovação da frota, sendo que neste momento, o ACP Serviços de Assistência dispõe de uma frota própria para os serviços de assistência em estrada repartidos da seguinte forma:

39 Veículos de pronto-socorro, incluindo 12 reboques dedicados aos serviços de patrulhamento;

38 Veículos de desempanagem, dos quais 21 VCL's, 13 veículos mistos e 4 motos.

Recursos humanos

A operacionalidade ao nível dos serviços de assistência em viagem foi assegurada por um quadro de 70 mecânicos e motoristas, estando localizados em Lisboa e Grande Lisboa, no Porto e Braga, Aveiro, Coimbra, Peniche, Santarém, Setúbal e Grândola. No que diz respeito ao patrulhamento, os serviços foram assegurados por 46 operacionais. O atendimento telefónico foi garantido por 46 operadores, divididos em 2 centros de coordenação (Prior Velho e Porto), com funcionamento 24 horas por dia.

Tecnologia

A nível tecnológico, iniciaram-se os desenvolvimentos para a nova aplicação de assistência do ACP Serviços de Assistência, estando prevista a sua implementação final em junho de 2012. A plataforma BasesB2B para os fornecedores externos bem como a faturação eletrónica encontram-se em funcionamento, revelando crescente adesão entre os parceiros da empresa.

ACP-VIAGENS E TURISMO, LDA.

No que respeita à oferta ACP Viagens, insistiu-se na maior criatividade e diversidade na preparação de viagens exclusivas com apresentação de preços mais económicos. Houve a manutenção de programas de viagem exclusivos para sócios como a campanha na Turquia em que o circuito é oferecido. Foi dada continuidade à apresentação de Cursos de Verão em Inglaterra, para jovens. Manteve-se o rigor na seleção de operadores portugueses cujos programas o ACP Viagens propõe.

Ao longo do ano, sempre que possível, foram renegociados os contratos com vista à racionalização de custos.

Foi constante e é uma prioridade, a preocupação com a qualidade do serviço prestado, fidelização, recuperação e angariação de clientes.

No entanto, face à grande retração do mercado que se vinha verificando e se acentuou sobretudo a partir de Maio 2011, com grande impacto no setor das agências de viagens, os resultados não foram os esperados, tendo o ACP Viagens passado por uma reestruturação que envolveu a rescisão de contrato com cinco funcionários e a não renovação do contrato de arrendamento da loja onde operava a sede do ACP Viagens.

ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A.

Em 2011 a empresa completou o seu quinto ano de atividade e após a instabilidade de resultados registada nos primeiros anos, entrou este ano numa nova fase de consolidação da atividade com uma redução significativa da taxa de sinistralidade.

Os custos de exploração da empresa registaram igualmente uma redução de 44% face ao exercício anterior, ascendendo em 2011 a 277.471 Euros.

As provisões técnicas da empresa totalizam 283.888 Euros e estão representadas por 775.000 Euros de investimentos afetos, o que representa um grau de cobertura de 273%. Correspondem a 26,5% do valor dos prémios adquiridos no exercício.

Quanto aos investimentos do ACP Mobilidade, 59% correspondem a investimentos em partes de capital, 12% em imóveis e 29% em depósitos.

Esta estrutura traduz o facto da ACP Mobilidade privilegiar investimentos sem risco, sendo o investimento em partes de capital decorrente da participação no ACP Serviços de Assistência, Lda. e no ACP Viagens e Turismo, Lda..

O resultado do exercício de 2011 foi de 417.688 Euros.

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, LDA.

Em 2011 a Villas Boas ACP Corretores de Seguros, Lda. solidificou a sua presença no mercado nacional, centrando a sua atividade na prestação de serviços de corretagem de seguros e na prospeção de novos clientes.

Em resultado da estratégia delineada nos últimos anos, continuou a dar uma especial importância à exploração do ramo de saúde, aproveitando todos os conhecimentos e experiência acumulados nestes últimos anos.

O Resultado Líquido obtido em 2011 no valor de 641.726,44€ é o reflexo do bom desempenho comercial e financeiro, efetuado nas negociações de contratos com clientes e condições de comissionamento com fornecedores, assim como da sólida organização existente na empresa.

Apesar das dificuldades económicas presentes no mercado português, procurou consolidar a sua carteira de clientes, aumentar a nossa implantação no mercado em geral e procurar parcerias potenciadoras de desenvolvimento de negócio.

ACP - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.

Apesar da atividade seguradora em Portugal ter registado um crescimento negativo de cerca de 1% nos ramos reais, e 0,77% no ramo automóvel, a empresa teve um acréscimo de volume de negócios de 1,6%.

Foram captados cerca de 9.500 novos clientes e vendidas mais de 16.000 novas apólices de seguro. Manteve-se a aposta na comercialização de produtos inovadores e exclusivos para os sócios do ACP com o lançamento de um seguro de Proteção Jurídica Vida Privada.

No que concerne a investimento adquiriu uma sofisticada e inovadora ferramenta informática para facilitar a venda do seguro automóvel.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2011, o Automóvel Club de Portugal apresentou um resultado líquido negativo de 2.311.290,94 euros. A Direção propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

- Fundo Social: -2.814.671,07 euros
- Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: + 503.380,13 euros

10. AGRADECIMENTOS

A Direção agradece a todos os sócios que através de carta, telefone ou email manifestaram o seu interesse pelas diversas áreas de atividade do ACP, contribuindo de forma ativa para a intervenção do clube em áreas tão importantes como a segurança rodoviária e a defesa dos interesses dos automobilistas.

Agradecemos ainda aos membros da Assembleia-Geral e da Comissão Revisora de Contas, cuja assistência foi valiosa no acompanhamento das decisões tomadas pelo clube, e sobretudo aos funcionários do ACP e Associadas pelo seu empenho e dedicação.

Lisboa, 20 Março de 2012

DIREÇÃO

Carlos Alpoim Vieira Barbosa (Presidente)
 Miguel António Igrejas Horta e Costa (Vice-Presidente)
 João Manuel de Mello Franco (Vogal)
 Maria Margarida Amado Pinto Correia Represas (Vogal)
 Luís Miguel Portela Morais (Vogal)
 João Nuno Pereira Dias de Magalhães (Vogal)
 Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira (Vogal)

**AUTOMÓVEL
CLUB
DE PORTUGAL
CONTAS
INDIVIDUAIS
2011**

Balço em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)


Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11.830.031,34	12.374.326,72
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11; 12	15.980.080,74	15.774.171,93
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros	18		550.000,00
Ativos por impostos diferidos			
		27.810.112,08	28.698.498,65
Ativo Corrente			
Inventários	13	368.714,39	447.248,68
Ativos biológicos			
Clientes	18	783.971,44	1.183.946,37
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	23	287.186,90	61.450,88
Acionistas/sócios	18	301.702,59	1.344.656,70
Outras contas a receber	18	111.129,22	412.068,27
Diferimentos	18	332.478,67	523.067,00
Ativos financeiros detidos para negociação	18	1.479,00	6.062,69
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda	8	199.000,00	197.295,00
Caixa e depósitos bancários	4	2.692.429,15	2.664.094,28
		5.078.091,36	6.839.889,87
Total do Ativo		32.888.203,44	35.538.388,52
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	20	16.959.637,58	17.975.266,05
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em ativos financeiros	20.1	1.830.361,45	734.747,64
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		(2.311.290,94)	135.876,66
		16.478.708,09	18.845.890,35
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		16.478.708,09	18.845.890,35
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1.937.537,06	777.725,35
Financiamentos obtidos	18.3	2.482.798,22	2.713.517,46
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	841.798,89	791.526,62
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		5.262.134,17	4.282.769,43
Passivo corrente			
Fornecedores	18	4.749.734,57	5.965.120,77
Adiantamentos de clientes	18	1.152.671,19	1.557.298,07
Estado e outros entes públicos	23	208.662,22	196.239,41
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	18.3	230.769,23	230.769,23
Outras contas a pagar	18	1.936.905,07	1.825.684,05
Diferimentos	18	2.868.618,90	2.634.617,21
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		11.147.361,18	12.409.728,74
Total do Passivo		16.409.495,35	16.692.498,17
Total do Capital Próprio e do Passivo		32.888.203,44	35.538.388,52

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Vendas e serviços prestados	14	24.346.402,53	26.997.806,97
Subsídios à exploração	14; 16	970.000,00	1.645.700,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11; 12	503.380,13	1.386.294,49
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(342.557,73)	(351.589,86)
Fornecimentos e serviços externos	24	(17.589.158,40)	(20.899.260,15)
Gastos com o pessoal	20; 25	(7.001.285,14)	(7.073.287,38)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(6.523,95)	(38.988,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(229.500,36)	194,32
Provisões (aumentos/reduções)	15.1	(1.840.316,73)	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(4.831,71)	
Aumentos/reduções de justo valor	18.1	(4.583,69)	176.434,26
Outros rendimentos e ganhos	26.1	752.603,03	860.728,34
Outros gastos e perdas	26.2	(792.796,35)	(1.329.900,41)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		(1.239.168,37)	1.374.132,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(1.165.250,52)	(1.269.850,99)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		(2.404.418,89)	104.281,14
Juros e rendimentos similares obtidos		159.583,65	88.613,91
Juros e gastos similares suportados		(60.728,87)	(48.648,03)
Resultado Antes de Impostos		(2.305.564,11)	144.247,02
Imposto sobre o rendimento do período	17	(5.726,83)	(8.370,36)
Resultado Líquido do Período		(2.311.290,94)	135.876,66

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe				
		Capital Realizado	Ações (Quotas Próprias)	Outros Instru de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais
Posição no Início do Período de 2010 (1)		18.520.836,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(545.570,55)				
(2)		(545.570,55)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)						
Resultado Integral (4=2+3)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2010 (6=1+2+3+5)		17.975.266,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Início do Período de 2011 (6)		17.975.266,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1.015.628,47)				
(7)		(1.015.628,47)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)						
Resultado Integral (9=7+8)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2011 (6+7+8+10)		16.959.637,58	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração dos Resultados por Funções do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Vendas e serviços prestados		24.346.402,53	26.997.806,97
Custo das vendas e dos serviços prestados		(21.465.700,93)	(25.006.667,30)
Resultado Bruto		2.880.701,60	1.991.139,67
Outros rendimentos		2.821.223,51	4.345.640,35
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		(4.152.790,96)	(4.108.360,21)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(3.793.969,39)	(2.035.524,76)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		(2.244.835,24)	192.895,05
Gastos de financiamento (líquidos)		(60.728,87)	(48.648,03)
Resultados Antes de Impostos		(2.305.564,11)	144.247,02
Imposto sobre o rendimento do período		(5.726,83)	(8.370,36)
Resultado Líquido do Período		(2.311.290,94)	135.876,66

Outras Reservas	Resultados Transit	Ajustam em Ativos Financ	Excedentes de Revaloriz	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minorit	Total do Capital Próp
0,00	0,00	808.549,84	0,00	0,00	(204.747,73)	19.124.638,71		19.124.638,71
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
		(73.802,20)			204.747,73	(414.625,02)		(414.625,02)
0,00	0,00	(73.802,20)	0,00	0,00	204.747,73	(414.625,02)	0,00	(414.625,02)
					135.876,66	135.876,66		135.876,66
				0,00	340.624,39	340.624,39	0,00	340.624,39
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	734.747,64	0,00	0,00	135.876,66	18.845.890,35	0,00	18.845.890,35
						0		0
0,00	0,00	734.747,64	0,00	0,00	135.876,66	18.845.890,35	0,00	18.845.890,35
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
		1.095.613,81			(135.876,66)	(55.891,32)		(55.891,32)
0,00	0,00	1.095.613,81	0,00	0,00	(135.876,66)	(55.891,32)	0,00	(55.891,32)
					(2.311.290,94)	(2.311.290,94)		(2.311.290,94)
				0,00	(2.447.167,60)	(2.447.167,60)	0,00	(2.447.167,60)
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	1.830.361,45	0,00	0,00	(2.311.290,94)	16.478.708,09	0,00	16.478.708,09

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31-Dez-11	31-Dez-10
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Direto			
Recebimentos de clientes		24.546.116,19	26.869.313,28
Pagamentos a fornecedores		(18.884.503,66)	(20.431.878,96)
Pagamentos ao pessoal		(6.918.449,36)	(7.052.692,29)
Caixa Gerada pelas Operações		(1.256.836,83)	(615.257,97)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		31.062,80	28.325,83
Outros recebimentos/pagamentos		1.411.915,50	273.876,53
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		186.141,47	(313.055,61)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(226.593,67)	(655.859,76)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		(6.536,71)	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		126.853,00	602.607,12
Ativos intangíveis Investimentos financeiros		551.680,00	
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		131.774,22	70.821,25
Dividendos		250.000,00	323.679,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		827.176,84	341.248,54
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(63.659,18)	(51.094,28)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(690.605,02)	
Outras operações de financiamento		(230.719,24)	(55.713,31)
Fluxos de caixa das Actividades de Financiamento (3)		(984.983,44)	(106.807,59)
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		28.334,87	(78.614,66)
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		2.664.094,28	2.742.708,94
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		2.692.429,15	2.664.094,28

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

1 - Identificação da Entidade

O Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as jóias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos.

Todos os valores apresentados são expressos em euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Estrutura Conceptual do SNC, ao abrigo do Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro (DR nº 173, II série) e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ao abrigo do DL 158/2009, de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

3 - Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado

em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	12,5% - 20%	5 anos - 8 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

b) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O ACP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

c) Locações

São consideradas locações financeiras, todas aquelas em que ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo, independentemente do seu título de propriedade ser ou não transferido.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

As rendas são compostas pelo encargo financeiro que é registado como gasto do período e pela amortização financeira que é deduzida ao passivo pendente.

Se não houver certeza razoável de que o ACP obtenha a propriedade no fim do prazo da locação é utilizado o período de vida útil mais curto entre o prazo de locação e a vida útil expectável para um bem com as mesmas características, caso contrário são utilizados os períodos de vida útil mencionados na alínea a) acima.

São consideradas locações operacionais, aquelas em que não ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um determinado ativo.

Os pagamentos associados às locações operacionais são registados como gastos do período e reconhecidos numa base sistemática e linear durante o prazo da locação.

d) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos numa base de acréscimo durante o período a que respeitam e incluem no caso do ACP juros de empréstimos de médio e longo prazo obtidos e encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a alínea anterior, elaborada nos termos da NCRF 9 – Locações.

e) Imparidade de Ativos

O ACP avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade.

Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável.

A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O justo valor de um ativo e o seu valor de uso, quer no caso dos ativos fixos tangíveis, quer no caso de Goodwill são apurados com base nos fluxos de caixa futuros descontados para o período de referência.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis ou de *goodwill* são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efectivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

f) Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquira a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

g) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

h) *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das jóias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2011, mas que abrangem uma parte do ano de 2012. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os juros relativos a empréstimos concedidos são registados numa base de acréscimo durante os períodos a que dizem respeito.

i) *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*

São constituídas provisões sempre que exista uma obrigação (legal ou implícita) presente como resultado de um acontecimento passado, da qual seja provável que resulte uma necessidade de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e que a mesma possa ser estimada com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As estimativas realizadas, designadamente as relacionadas com os processos em contencioso, são efetuadas com o apoio de especialistas internos ou consultores externos, contudo a revisão das mesmas pode afetar de forma significativa os resultados futuros.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

j) *Subsídios à exploração*

Correspondem, essencialmente, aos subsídios de Entidades Oficiais, no âmbito da organização de provas desportivas de automobilismo a cargo do ACP, cujo valor é registado como rendimento quando é estabelecido o direito ao respetivo recebimento.

k) *Impostos sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP (ver nota 18).

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

l) *Instrumentos financeiros*

O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Os instrumentos financeiros caixa ou equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, acréscimos e diferimentos são mensurados ao custo.

Os empréstimos bancários são mensurados ao custo quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente são mensurados ao justo valor.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial.

m) Benefícios dos empregados

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

n) Acréscimo de rendimentos

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2012, mas que dizem respeito a 2011, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades e juros de depósitos a prazo.

o) Acréscimo de gastos - Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias, respetivos encargos a pagar e a majoração das férias até ao limite de 25 dias é contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

p) Diferimentos

Os diferimentos resultam de encargos suportados com a melhoria de instalações arrendadas, reconhecidos pelo período esperado de arrendamento (três a dez anos), de rendimentos e gastos suportados em 2011 relativos a provas desportivas a realizar em 2012 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo rédito apenas será reconhecido em 2012.

Encontram-se igualmente registados como diferimentos as quantias das quotas emitidas em 2011, mas cuja validade é posterior a 31 de Dezembro de 2011.

q) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.3 - Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do ACP.

b) *Provisões*

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) *Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill*

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no *goodwill* resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O *goodwill* em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do ACP.

e) *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo

normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é conção do ACP de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do ACP situações que coloquem em causa a continuidade do ACP.

3.5 - Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 - Fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2011	2010
Caixa	44.894,49	58.511,89
Depósitos à Ordem	397.034,66	855.582,39
Depósitos a Prazo	2.250.500,00	1.750.000,00
	2.692.429,15	2.664.094,28

A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6 - Partes relacionadas

As transações realizadas entre o ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente à cedência de espaços para desenvolvimento das atividades das partes relacionadas, a comissões, à prestação de serviços financeiros, gestão de recursos humanos, informáticos e administrativos e aos juros decorrentes de empréstimos concedidos.

Os gastos são compostos pelos serviços de assistência em viagem, pelo seguro de assistência em viagem e por deslocações organizadas pela agência de viagens do grupo.

i. *Empresas subsidiárias*

	Transações				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Res. Fin.	Gastos Diferidos	Rec. Dividendos
ACP - Serviços de Assistência	688.269,96	4.718.797,59	-	-	-
ACP - Motorsport	92,25	425.944,20	-	-	-
ACP - Mobilidade	-	704.712,59	5.577,17	-	-
ACP - Viagens e Turismo	20.102,34	195.816,59	-	-	-
	708.464,55	6.045.270,97	5.577,17	0,00	0,00
Saldos					
	Clientes	Fornecedores	Sócios	Outras contas rec./pagar	Inv. Financeiros
ACP - Serviços de Assistência	-	(2.727.337,38)	-	(972,47)	-
ACP - Motorsport	-	(160.073,69)	-	-	-
ACP - Mobilidade	167,36	-	-	(2.180,44)	-
ACP - Comunicações	-	-	-	200,00	100.000,00
ACP - Viagens e Turismo	15.097,97	19.280,57	-	(10.880,96)	-
	15.265,33	(2.868.130,50)	0,00	(13.833,87)	100.000,00

ii. *Empresas associadas*

	Transações				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Gastos Dif.	Outros Gastos	Investimentos
Villas Boas ACP		183.563,40			-
ACP Seguros	494.054,80	8.184,86			
	494.054,80	191.748,26	0,00	0,00	0,00
Saldos					
	Clientes	Fornecedores	Ad. Clientes	Outras contas rec./pagar	Inv. Financeiros
Villas Boas ACP					
ACP Seguros	-	-	-	(37.647,62)	-
	-	-	(1.152.671,19)	-	-
	0,00	0,00	(1.152.671,19)	(37.647,62)	0,00

iii. *Pessoal-chave da gestão*

Os elementos que constituem a Direção do ACP não auferem remuneração.

7 - Ativos fixos tangíveis

	Início do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	513.534,77	0,00	513.534,77	1.608.890,89	0,00	1.608.890,89
Edifícios e outras construções	20.349.112,87	8.975.037,79	11.374.075,08	19.496.653,77	9.888.758,31	9.607.895,46
Equipamento básico	1.077.732,96	1.032.600,91	45.132,05	1.175.760,27	1.029.482,92	146.277,35
Equipamento de transporte	1.186.717,62	999.463,67	187.253,95	1.032.262,15	896.317,55	135.944,60
Equipamento administrativo	6.498.347,90	6.275.400,53	222.947,37	6.238.688,62	5.982.688,17	256.000,45
Investimentos em Curso	31.383,50	0,00	31.383,50	75.022,59	0,00	75.022,59
	29.656.829,62	17.282.502,90	12.374.326,72	29.627.278,29	17.797.246,95	11.830.031,34

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Deprec.	Regulações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recursos Naturais	513.534,77			1.095.356,12				1.608.890,89
Edifícios e outras construções	11.374.075,08	279.865,77		(1.132.324,87)	(878.713,74)		(35.006,78)	9.607.895,46
Equipamento básico	45.132,05	160.135,93		(62.108,62)	(71.633,00)		74.750,99	146.277,35
Equipamento de transporte	187.253,95		(332.586,24)	178.130,77	(72.809,28)		175.955,40	135.944,60
Equipamento administrativo	222.947,37	135.177,42		(394.836,70)	(142.094,50)		434.806,86	256.000,45
Investimentos em Curso	31.383,50	65.046,63		(21.407,54)				75.022,59
	12.374.326,72	640.225,75	(332.586,24)	(337.190,84)	(1.165.250,52)	0,00	650.506,47	11.830.031,34

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6.553.695,23	Hipoteca
Equipamento básico	27.221,51	Reserva de Propriedade
Equipamento de transporte	134.081,41	Reserva de Propriedade
	6.714.998,15	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2011, o ACP possui 161.303 euros de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira (ver nota 9.1)

8 - Ativos não correntes detidos para venda

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf.	Saldo Final
Edifícios	214.732,50	6.536,71			221.269,21
Imparidades Acumuladas	(17.437,50)	(4.831,71)			(22.269,21)
	197.295,00	1.705,00	0,00	0,00	199.000,00

O valor apresentado corresponde a um imóvel sito no Funchal, cuja escritura de venda foi realizada no dia 4 de Janeiro de 2012.

9 - Locações:

9.1 Locações financeiras

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento básico	27.221,51	10.888,59	16.332,92
Equipamento de transporte	134.081,41	93.505,28	40.576,13
	161.302,92	104.393,87	56.909,05

	Menor 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		Maior 5 Anos		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras								
Equipamento básico	8.980,60	8.783,01	5.943,13	5.559,42			14.923,73	14.342,43
Equipamento de transporte	45.106,36	44.113,93	25.373,54	23.128,85			70.479,90	67.242,78
	54.086,96	52.896,94	31.316,67	28.688,27	0,00	0,00	85.403,63	81.585,21

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 4,55%, correspondente à taxa *swap* para operações de maturidade similar (1,30%) acrescida de um *spread* de 3,25%, de acordo com as taxas de mercado.

9.2 Locações operacionais

Pagamentos Mínimos Futuros	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Locações Operacionais				
Viaturas	104.381,79	235.461,33		339.843,12
	104.381,79	235.461,33	0,00	339.843,12

10 - Imparidade de ativos:

As contas apresentadas no quadro seguinte apresentam situações de imparidade:

Contas a Receber	2011	2010
Valor Bruto		
- Clientes	1.238.112,42	1.661.089,68
- Sócios	339.048,99	1.367.961,85
- Outros Devedores	127.093,48	643.250,60
Total	1.704.254,89	3.672.302,13
Imparidades totais		
- Clientes	454.140,98	477.143,31
- Sócios	37.346,40	23.305,15
- Outros Devedores	15.964,26	231.182,33
Total	507.451,64	731.630,79
Valor Líquido		
- Clientes	783.971,44	1.183.946,37
- Sócios	301.702,59	1.344.656,70
- Outros Devedores	111.129,22	412.068,27
Total	1.196.803,25	2.940.671,34

O quadro seguinte apresenta os movimentos nas imparidades acima referenciadas:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	477.143,31	247.949,43	(22.788,14)	(248.163,62)	454.140,98
- Sócios	23.305,15	14.041,25			37.346,40
- Outros Devedores	231.182,33		(9.702,18)	(205.515,89)	15.964,26
	731.630,79	261.990,68	(32.490,32)	(453.679,51)	507.451,64
Investimentos Financeiros					
- Em Subsidiárias	654.792,55			(654.792,55)	0,00
	654.792,55	0,00	0,00	(654.792,55)	0,00
	1.386.423,34	261.990,68	(32.490,32)	(1.108.472,06)	507.451,64

11 - Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 50% na empresa Villas Boas ACP, a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Directa	% de Participação Indirecta
	2011	2010		
Partes de capital em empresas associadas				
Villas Boas ACP, Lda (Met. Eq. Patrimonial)	2.757.792,76	2.742.820,86	50,00%	0,00%
Villas Boas ACP, Lda (Goodwill)	9.428.845,28	9.430.525,28	50,00%	0,00%
Total	12.186.638,04	12.173.346,14	50,00%	0,00%

	Informação Financeira					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
Villas Boas ACP, Lda	23.397.591,23	17.882.005,71	5.515.585,52	641.726,44	5.590.333,37	2011

12 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

As empresas subsidiárias do ACP são incluídas no respetivo perímetro de consolidação e consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa associada Villas Boas ACP, Lda é consolidada através do método da equivalência patrimonial.

Os investimentos em subsidiárias detalham-se como segue:

	Investimentos Financeiros		% de Particip. Directa	% de Particip. Indirecta
	2011	2010		
Partes de capital em empresas subsidiárias				
ACP - Viagens e Turismo, Lda (a)	3.739,04	225.655,42	60,00%	40,00%
ACP - Mobilidade, SA (b)	3.435.553,41	3.017.865,41	97,86%	2,14%
ACP - Motorsport, Lda (c)	60.302,89	0,00	95,00%	5,00%
ACP - Comunicações, Lda (d)	0,00	1.740,60	100,00%	0,00%
ACP - Serviços de Assistência, Lda (e)	213.616,76	255.564,36	0,00%	100,00%
	3.713.212,10	3.500.825,79		
Prestações Suplementares				
ACP - Motorsport, Lda	0,00	654.792,55		
ACP - Comunicações, Lda	80.230,60	100.000,00		
	80.230,60	754.792,55		
Imparidade de activos	0,00	(654.792,55)		
Participações financeiras - Total	3.793.442,70	3.600.825,79		
Empréstimos a empresas subsidiárias				
ACP - Mobilidade, SA	0,00	550.000,00		
	3.793.442,70	4.150.825,79		

(a) Participação detida diretamente em 60% do Capital pelo ACP e indiretamente em 40% por via do ACP-Mobilidade.

(b) Participação detida diretamente em 97,86% pelo ACP e os restantes 2,14% por via de outras empresas interligadas.

(c) Participação detida diretamente em 95% pelo ACP e os restantes 5% por via de ACP-Viagens, Lda.

(d) Participação detida diretamente em 100% pelo ACP.

(e) Part. detida ind. pelo ACP em 100% do seu Capital por via do ACP-Mobilidade (90%) e do ACP-Viagens e Turismo (10%).

Ao valor de investimentos em subsidiárias de Euro 3.793.443 (2010: Euro 4.150.826) acresce a participação em associadas (ver nota 11), de Euro 12.242.529 (2010: Euro 12.173.346), totalizando Euro 16.035.972 (2010: Euro 16.324.172).

O quadro seguinte resume a principal informação financeira das empresas subsidiárias:

	Informação Financeira					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
ACP - Viagens e Turismo, Lda	810.686,72	804.455,00	6.231,72	(369.860,63)	1.938.515,42	2011
ACP - Mobilidade, SA	3.813.480,02	377.927,86	3.435.552,16	417.688,00	1.069.305,00	2011
ACP - Serviços de Assistência, Lda	6.080.568,91	3.944.401,03	2.136.167,88	314.447,81	11.389.406,26	2011
ACP - Motorsport, Lda	260.653,60	200.350,71	60.302,89	50.202,89	425.948,93	2011
ACP - Comunicações, Lda	80.430,60	200,00	80.230,60	(21.510,00)	0,00	2011

13 - Inventários:

Descrição	2011	2010
Mercadorias	456.610,60	527.577,89
Matérias-primas	6.268,75	7.311,80
	462.879,35	534.889,69
Imparidades do período	(6.523,95)	(38.988,45)
Imparidades de períodos anteriores	(87.641,01)	(48.652,56)
	(94.164,96)	(87.641,01)
Total	368.714,39	447.248,68

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários				
- Mercadorias	86.488,45	6.523,95	0,00	93.012,40
- Matérias-Primas	1.152,56	0,00	0,00	1.152,56
	87.641,01	6.523,95	0,00	94.164,96

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2011	2010	2011	2010
Existências iniciais	527.577,89	325.333,93	7.311,80	7.269,61
Compras	356.786,38	558.773,26	30.956,21	29.750,83
Regularização de existências	3.735,19	(4.939,44)	-	-
Existências finais	456.610,60	527.577,89	6.268,75	7.311,80
Custo do exercício	431.488,86	351.589,86	31.999,26	29.708,64

14 - Rédito

	2011	2010
Vendas	426.535,71	565.523,13
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14.601.293,51	15.540.646,72
- Receitas com patrocínios e publicidade	2.193.933,62	2.698.769,42
- Receitas de protocolos diversos	1.470.254,38	1.759.148,61
- Centros de exames de condução	1.041.986,91	1.020.469,02
- Receitas de inscrições em provas desportivas	990.553,88	1.245.192,50
- Receitas com serviços de documentação	763.121,17	845.174,41
- Serviços prestados a associadas	559.660,02	639.690,00
- Receitas com escolas de condução	540.163,28	640.190,73
- Outros serviços prestados	1.758.900,05	2.043.002,43
	23.919.866,82	26.432.283,84
Subsídios à Exploração	970.000,00	1.645.700,00
Juros	159.583,65	88.811,85
	25.475.986,18	28.732.318,82

A redução observada nas joias e quotas explica-se, por um lado, pela substituição de sócios ouro por sócios bronze (sócios sem direito a assistência e com valor de quota inferior) e por outro lado, pelo efeito da substituição, por demissão destes, de sócios com quotas de acordo com estatuto antigo (Período de Janeiro a Dezembro) por sócios com período de quota de acordo com a data de admissão.

As reduções nos patrocínios, inscrições e subsídios explicam-se pela redução do número de provas de desporto motorizado.

15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	10.872,71	1.926.664,35	0,00	0,00	1.937.537,06
- Outras provisões	766.852,64	0,00	(680.505,02)	(86.347,62)	0,00
	777.725,35	1.926.664,35	(680.505,02)	(86.347,62)	1.937.537,06

15.1 Provisões:

A Repsol Portuguesa, SA intentou contra o ACP uma ação de condenação com processo ordinário por resolução unilateral de contrato sem fundamento legal ou contratual, a qual tem um valor global de cerca de 5,3 milhões de euros. O ACP foi condenado a pagar à Repsol a quantia de 1.030.328,70 euros, bem como a quantia que vier a liquidar-se em sede subsequente, quanto ao período decorrido entre Setembro de 2010 e 18 de Abril de 2012. Atendendo ao racional desenvolvido pelo tribunal estima-se que esta quantia será, no máximo, de 2.793.000 euros.

Na opinião do ACP e dos seus consultores nesta matéria, o tribunal não se pronunciou sobre parte dos argumentos apresentados pelo ACP, designadamente num parecer solicitado pelo ACP. O ACP recorreu da condenação em 1ª instância, sendo convicção da gestão que o ACP será absolvido, contudo por questões de prudência decorrentes da condenação mencionada, constituiu uma provisão de 1.911.664,35 euros, equivalente a 50% do valor máximo decorrente do processo de condenação.

A rubrica Outras provisões destinava-se a fazer face às responsabilidades decorrentes dos capitais próprios negativos do ACP Motorsport, Lda. e assunção da continuidade desta participada.

A gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

15.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral, os quais envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O valor global destas indemnizações, deduzido de eventuais pedidos reconventionais efetuados pelo ACP, ascende a cerca de 580 mil euros (inclui apenas os processos cuja análise não deu lugar à constituição de uma provisão).

16 - Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e um evento internacional e foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2011	2010
Instituto Turismo Portugal	900.000,00	1.350.000,00
Junta Turismo Costa do Estoril	0,00	123.200,00
Região de Turismo da Serra da Estrela	0,00	100.000,00
Autarquias	70.000,00	72.500,00
	970.000,00	1.645.700,00

17 - Impostos sobre o rendimento:

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

Conforme referido na Nota 3 n), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no n.º 4 do art.º 80º do CIRC. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2011, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.

O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25.

18 - Instrumentos financeiros

2011	Mensuração	At. Fin. detidos p/ negociação	Empréstimos e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar	Imparidades	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	1.479,00	2.692.429,15			2.693.908,15
Clientes Gerais	Custo		1.234.332,42		-454.140,98	780.191,44
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		3.780,00			3.780,00
Sub-total (clientes)		0,00	1.238.112,42	0,00	-454.140,98	783.971,44
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Accionistas (participante)	Custo					0,00
Sócios	Custo		339.048,99		-37.346,40	301.702,59
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber (nota 22.1)	Custo		127.093,48		-15.964,26	111.129,22
Diferimentos (nota 22.3)	Custo		332.478,67			332.478,67
Total		1.479,00	4.390.113,72	0,00	-470.105,24	3.921.487,48
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			1.843.042,92		1.843.042,92
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			2.705.648,65		2.705.648,65
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			201.043,00		201.043,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	4.749.734,57	0,00	4.749.734,57
Adiantamento de Clientes	Custo			1.152.671,19		1.152.671,19
Empréstimos obtidos	Custo			2.713.567,45		2.713.567,45
Outras contas a pagar (nota 22.2)	Custo			1.936.905,07		1.936.905,07
Diferimentos (nota 22.3)	Custo			2.868.618,90		2.868.618,90
Total		0,00	0,00	13.421.497,18	0,00	13.421.497,18

2010	Mensuração	At. Fin. detidos p/ negociação	Empréstimos e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar	Imparidades	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	6.062,69	2.664.094,28			2.670.156,97
Clientes Gerais	Custo		1.583.847,77		-477.143,31	1.106.704,46
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		65.901,91			65.901,91
Clientes-Empresas Associadas	Custo		11.340,00			11.340,00
Sub-total (clientes)		0,00	1.661.089,68	0,00	-477.143,31	1.183.946,37
Empréstimos a participadas	Custo		550.000,00			550.000,00
Accionistas (participante)	Custo		674.960,00			674.960,00
Sócios	Custo		693.001,85		-23.305,15	669.696,70
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	1.367.961,85	0,00	-23.305,15	1.344.656,70
Outras contas a receber (nota 22.1)	Custo		643.250,60		-231.182,33	412.068,27
Diferimentos (nota 22.3)	Custo		523.067,00			523.067,00
Total		6.062,69	7.409.463,41	0,00	-754.935,94	6.683.895,31
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			2.528.593,21		2.528.593,21
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			3.436.527,56		3.436.527,56
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			0,00		0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	5.965.120,77	0,00	5.965.120,77
Adiantamento de Clientes	Custo			1.557.298,07		1.557.298,07
Empréstimos obtidos	Custo			2.944.286,69		2.944.286,69
Outras contas a pagar (nota 22.2)	Custo			1.825.684,05		1.825.684,05
Diferimentos (nota 22.3)	Custo			2.634.617,21		2.634.617,21
Total		0,00	0,00	14.927.006,79	0,00	14.927.006,79

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos instrumentos financeiros passivos entre correntes e não correntes.

2011	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	1.843.042,92	1.843.042,92
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	2.705.648,65	2.705.648,65
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	201.043,00	201.043,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	4.749.734,57	4.749.734,57
Empréstimos obtidos	2.482.798,22	230.769,23	2.713.567,45
Outras contas a pagar	0,00	1.936.905,07	1.936.905,07
Total	2.482.798,22	6.917.408,87	9.400.207,09
2010	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	2.528.593,21	2.528.593,21
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	3.436.527,56	3.436.527,56
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	5.965.120,77	5.965.120,77
Empréstimos obtidos	2.713.517,46	230.769,23	2.944.286,69
Outras contas a pagar	0,00	1.825.684,05	1.825.684,05
Total	2.713.517,46	6.195.890,00	8.909.407,46

18.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa e cuja perda registada de 4.583,69 Euros corresponde à variação da cotação das mesmas em 2011.

18.2 Ativos financeiros mensurados ao custo

Os restantes ativos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

18.3 Passivos financeiros mensurados ao custo

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.711.538,45 Euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2011 foram de 59.402,81 Euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

Amortizações de capital	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	230.769,23	923.076,92	1.557.692,30	2.711.538,45
	230.769,23	923.076,92	1.557.692,30	2.711.538,45

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

18.4 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.553.695,23 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

19 - Benefícios dos empregados

19.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 m), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2011, resumem-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	791.526,62
Custo dos serviços correntes	2.027,69
Reforço de provisões	134.835,73
Utilização da provisão	-86.591,15
Saldo final	841.798,89

Em 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se abrangidos por este plano 93 empregados no ativo.

O reforço da provisão deveu-se à alteração da taxa técnica de juro, numa perspetiva conservadora face à recente evolução dos mercados financeiros.

A provisão em 31 de Dezembro de 2011 no montante de 841.798,89 Euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

20 - Capital Próprio

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 18 de Abril de 2011, o Resultado do Exercício de 2010 teve a seguinte aplicação:

- Fundo Social – (1.339.020,86) Euros
- Ajustamentos de Partes de Capital – 1.474.897,52 Euros

20.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	2011	2010
Ajustamentos de transição	1.081.792,33	1.081.792,33
Lucros não atribuídos	1.277.003,65	125.498,52
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(528.434,53)	(472.543,21)
Total	1.830.361,45	734.747,64

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos relacionados com movimentações nos capitais próprios das empresas participadas.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
ACP Serviços de Assistência	81.547,09	(73.392,38)		8.154,71
ACP Viagens	(27.224,98)			(27.224,98)
ACP Mobilidade	(125.436,43)			(125.436,43)
ACP Motorsport				0,00
Villas Boas ACP	1.547.211,33	(250.000,00)	(55.891,32)	1.241.320,01
ACP Comunicações	(1.199,50)			(1.199,50)
	1.474.897,51	(250.000,00)	(55.891,32)	1.095.613,81

21 - Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 66ªA)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 66ªA do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi de 44 285,00 Euros, dos quais 32 885,00 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 11 400,00 Euros a serviços de consultoria fiscal.

22 - Outras contas a receber/pagar e diferimentos

22.1 Outras contas a receber

	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Proveitos financeiros	32.530,02	21.623,54
- Rendimentos associados a provas desportivas	0,00	205.000,00
- Outros Rendimentos	16.678,44	20.110,13
	49.208,46	246.733,67
Outras contas a receber		
- Pessoal	20.621,27	29.579,40
- Empresas do grupo	0,00	74.189,00
- Outros	41.299,49	61.566,20
	61.920,76	165.334,60
Total	111.129,22	412.068,27

22.2 Outras contas a pagar

	2011	2010
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1.046.842,97	1.023.237,59
- Gastos associados a provas desportivas	43.722,51	135.926,34
- Comissões 2011	33.613,68	42.052,84
- Encargos financeiros	2.294,61	1.872,68
- Outros gastos	61.721,57	194.495,45
	1.188.195,34	1.397.584,90
Outras contas a pagar		
- Fornecedores de Investimentos	564.030,60	153.184,56
- Recebimentos por conta	39.215,21	43.593,18
- Entidades oficiais	34.830,81	32.301,04
- Outros	110.633,11	199.020,37
	748.709,73	428.099,15
Total	1.936.905,07	1.825.684,05

22.3 Diferimentos

	2011	2010
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	110.536,53	51.202,82
- Comissões angariação sócios	36.072,71	132.105,75
- Gastos associados a provas desportivas	32.524,71	9.954,56
- Rendas	32.432,78	31.462,70
- Gastos plurienais	20.095,70	62.504,90
- Seguro de Assistência em Viagem	0,00	168.707,45
- Outros gastos diferidos	100.816,24	67.128,82
	332.478,67	523.067,00
Diferimentos (Passivo)		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2.862.103,90	2.628.417,21
- Outros rendimentos	6.515,00	6.200,00
	2.868.618,90	2.634.617,21

23 - Saldos com o estado e outros entes públicos

	2011		2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	46.614,03	-	31.062,80	-
Retenções efectuados S/ IR	-	79.369,13	-	82.180,28
IVA	239.511,10	39.065,35	30.388,08	-
Contribuições para a Segurança Social	-	90.227,74	-	114.059,13
Outros Impostos	1.061,77	-	-	-
	287.186,90	208.662,22	61.450,88	196.239,41

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

24 - Fornecimentos e Serviços Externos

	2011	2010
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Bases de Pronto Socorro	5.429.125,71	5.947.640,37
- Trabalhos Especializados	3.636.186,39	5.091.244,94
- Publicidade e Propaganda	1.325.348,14	1.683.286,00
- Comunicação	1.186.536,78	1.127.391,05
- Rendas e Alugueres	1.108.997,19	1.417.352,00
- Deslocações e Estadas	1.067.567,86	1.456.798,82
- Seguros	781.335,06	796.782,79
- Vigilância e Segurança	653.518,13	674.694,57
- Conservação e Reparação	472.702,85	547.869,44
- Honorários	361.549,62	414.580,97
- Serviços de preparação revista	305.615,96	454.053,53
- Serviços de limpeza	217.126,00	211.166,20
- Eletricidade	200.809,73	187.505,22
- Outros	842.738,98	888.894,25
	17.589.158,40	20.899.260,15

A redução observada está relacionada com a redução das provas de desporto motorizado organizadas em 2011 e com a redução do nº de assistências aos sócios.

25 - Gastos com o Pessoal

Gastos com o Pessoal	2011	2010
Remunerações	5.613.583,24	5.803.282,84
Encargos	1.056.363,38	1.109.200,24
Benefícios pós-emprego	144.088,71	13.222,92
Formação Profissional	41.401,13	29.486,92
Seguro de acidentes trabalho	39.670,19	50.250,47
Indemnizações	7.652,89	49.117,94
Outros	98.525,60	18.726,05
	7.001.285,14	7.073.287,38

Durante o exercício de 2011 o ACP teve ao seu serviço, em média, 231 pessoas. Em 2010 tinha ao seu serviço 230 pessoas. O ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 19.

26 - Outros

26.1 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e Ganhos	2011	2010
Restituição de Impostos	384.208,78	177.527,62
Rend. e ganhos em invest. não financ.	119.550,48	434.537,01
Rendimentos suplementares	55.212,53	164.890,42
Ganhos em inventários	41.876,60	8.832,86
Outros	151.754,64	74.940,43
	752.603,03	860.728,34

26.2 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2011	2010
Gastos da área desportiva	295.632,19	401.426,77
Serviços bancários	198.976,33	172.020,89
Ofertas a amostras de inventários	88.931,13	55.607,16
Quotizações	56.678,93	53.172,96
Correções relativas a Exerc. Anteriores	44.243,50	538.999,37
Perdas em inventários	38.141,41	13.772,30
Impostos	34.785,32	30.343,13
Gastos e perdas em invest. não financ.	0,00	11.720,81
Outros	35.407,54	52.837,02
	792.796,35	1.329.900,41

27 - Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

Santander Totta - crédito de fiança e importações	4.239,78
Santander Totta - processo judicial	200.000,00
BES - processo judicial	3.823.328,70
BPI - aluguer de instalações	137.955,60
BPI - pensão de acidente de trabalho	15.727,08
	4.181.251,16

28 - Acontecimentos após a data do Balanço:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 20 de Março de 2012 na reunião da Direção do ACP. Após essa data apenas a Assembleia Geral tem poder para alterar as mesmas.

O Diretor Financeiro

André Veloso Ferreira dos Santos (TOC nº74174)

A Direção

9. CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 32.888.203 euros e um total de capital próprio de 16.478.708 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.311.291 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 30 de Março de 2012

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189) representada por João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)

10. PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Comissão Revisora de Contas acompanhou a atividade do Club, durante o exercício de 2011, expressa de forma clara e detalhada no Relatório da Direcção.

A Comissão Revisora de Contas apreciou a apresentação das contas individuais e consolidadas do ACP tendo para o efeito examinado igualmente o Relatório dos Auditores Externos.

Nestes termos a Comissão é de parecer que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e patrimonial do Club.

Assim propomos que sejam aprovados:

1. O relatório e Contas Individuais e Consolidado do exercício de 2011, apresentado pela Direcção
2. A proposta da Direcção quanto à aplicação de resultados:

Fundo Social: 2.814.671,07 euros

Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas: +503.380,13 euros

TOTAL: -2.311.290,94 euros

Lisboa, 20 de Março de 2012

Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Presidente)
António Maria Silva Ferreira Nunes (Vice-Presidente)
Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida (Vogal)
Alice Eugénia Bethencourt Rodrigues Reis (Vogal)
Vasco Guedes Corrêa Mendes (Vogal)

**AUTOMÓVEL
CLUB
DE PORTUGAL
CONTAS
CONSOLIDADAS
2011**

Balço em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)


Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	13.248.016,31	13.667.636,48
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	12.186.638,04	12.173.346,14
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	19	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	18.3	221.605,54	320.017,62
		25.656.259,89	26.161.000,24
Ativo Corrente			
Inventários	13	625.681,29	699.678,82
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	19	2.682.726,93	3.700.194,77
Adiantamentos a fornecedores	19	73.763,02	173.128,34
Estado e outros entes públicos	24	635.819,07	238.630,93
Acionistas/sócios	19	301.702,59	669.656,70
Outras contas a receber	19	241.872,37	607.699,93
Diferimentos	19	500.259,68	502.372,70
Ativos financeiros detidos para negociação	19	1.479,00	6.062,69
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	9	199.000,00	197.295,00
Caixa e depósitos bancários	4	4.130.230,42	4.604.927,45
		9.392.534,37	11.399.647,33
Total do Ativo		35.048.794,26	37.560.647,57
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	21	17.530.126,28	18.691.460,95
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	21.1	1.239.973,40	[1.346,62]
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		[2.356.665,94]	135.876,66
		16.413.433,74	18.825.990,99
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		16.413.433,74	18.825.990,99
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2.147.203,53	12.417,95
Financiamentos obtidos	19	2.592.871,52	2.842.734,34
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	977.550,48	907.894,72
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		187.792,71	835,99
		5.905.418,24	3.763.883,00
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.910.364,58	5.360.317,34
Adiantamentos de clientes	19	1.227.089,04	1.624.326,17
Estado e outros entes públicos	24	574.102,40	659.869,49
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	19	262.439,50	259.569,28
Outras contas a pagar	19	3.909.973,07	3.461.542,42
Diferimentos	19	3.845.973,69	3.605.148,88
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		12.729.942,28	14.970.773,58
Total do Passivo		18.635.360,52	18.734.656,58
Total do Capital Próprio e do Passivo		35.048.794,26	37.560.647,57

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Vendas e serviços prestados	14	31.816.403,47	41.655.778,09
Subsídios à exploração	14; 16	970.000,00	1.645.700,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	320.863,22	1.547.408,94
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	[655.039,32]	[630.359,19]
Fornecimentos e serviços externos	25	[17.525.257,36]	[27.675.530,02]
Gastos com o pessoal	20; 26	[13.237.529,92]	[13.562.303,48]
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	[20.745,58]	[49.575,06]
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	[208.904,12]	[15.521,48]
Provisões (aumentos/reduções)	15.1	[2.134.785,58]	[1.545,24]
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		[4.831,71]	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	19.1	[4.583,69]	[2.739,68]
Outros rendimentos e ganhos	27.1	922.137,07	948.675,43
Outros gastos e perdas	27.2	[1.054.880,06]	[1.892.433,57]
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		[817.153,58]	1.967.554,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	[1.430.314,18]	[1.492.675,87]
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	0,00	[19.400,00]
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		[2.247.467,76]	455.478,87
Juros e rendimentos similares obtidos		188.942,53	104.788,31
Juros e gastos similares suportados		[60.174,81]	[49.608,56]
Resultado Antes de Impostos		[2.118.700,04]	510.658,62
Imposto sobre o rendimento do período	18	[237.965,90]	[374.781,96]
Resultado Líquido do Período		[2.356.665,94]	135.876,66

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe				
		Capital Realizado	Ações (Quotas Próprias)	Outros Instru de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais
Posição no Início do Período de 2010 (1)		19.271.742,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(580.281,95)				
(2)		(580.281,95)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)						
Resultado Integral (4=2+3)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2009 (6=1+2+3+5)		18.691.460,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Início do Período de 2011 (6)		18.691.460,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1.161.334,67)				
(7)		(1.161.334,67)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)						
Resultado Integral (9=7+8)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2010 (6+7+8+10)		17.530.126,28	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração dos Resultados por Funções do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/11	31/Dez/10
Vendas e serviços prestados		31.816.403,47	41.649.159,09
Custo das vendas e dos serviços prestados		(25.472.692,24)	(35.809.683,06)
Resultado Bruto		6.343.711,23	5.839.476,03
Outros rendimentos		2.498.688,15	4.295.826,27
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		(7.343.923,57)	(7.546.113,51)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(3.553.803,37)	(2.029.152,45)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		(2.055.327,56)	560.036,34
Gastos de financiamento (líquidos)		(63.372,48)	(49.377,72)
Resultados Antes de Impostos		(2.118.700,04)	510.658,62
Imposto sobre o rendimento do período	18	(237.965,90)	(374.781,96)
Resultado Líquido do Período		(2.356.665,94)	135.876,66

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

1 - Identificação da Entidade

O Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objecto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as jórias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos, incluindo a prestação de serviços de assistência em viagem, os quais são essencialmente prestados pela ACP Serviços de Assistência, Lda.

Todos os valores apresentados são expressos em euro.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Estrutura Concetual do SNC ao abrigo do Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro (DR nº 173, II série) e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ao abrigo do DL 158/2009, de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

3 - Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Direcção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Bases de Consolidação

As empresas do grupo ou subsidiárias são consolidadas pelo método de consolidação integral. São consideradas empresas do grupo as empresas controladas pelo ACP. Existe controlo quando o ACP tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma. Pressupõe-se a existência de controlo quando a participação direta ou indireta é superior a 50% ou quando o ACP tem o poder de designar mais de metade dos membros do órgão de gestão ou quando o ACP tem mais de metade dos direitos de voto.

As empresas associadas são consolidadas através do método da equivalência patrimonial. São consideradas empresas associadas aquelas em que o ACP exerça uma influência significativa e que não são consideradas empresas subsidiárias. Pressupõe-se a existência de influência significativa quando a participação do ACP, direta ou indireta é superior a 50%.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e

abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha recta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	10% - 20%	5 anos - 10 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

c) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O ACP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

d) Locações

São consideradas locações financeiras, todas aquelas em que ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo, independentemente do seu título de propriedade ser ou não transferido.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

As rendas são compostas pelo encargo financeiro que é registado como gasto do período e pela amortização financeira que é deduzida ao passivo pendente.

Se não houver certeza razoável de que o ACP obtenha a propriedade no fim do prazo da locação é utilizado o período de vida útil mais curto entre o prazo de locação e a vida útil expectável para um bem com as mesmas características, caso contrário são utilizados os períodos de vida útil mencionados na alínea a) acima.

São consideradas locações operacionais, aquelas em que não ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um determinado ativo.

Os pagamentos associados às locações operacionais são registados como gastos do período e reconhecidos numa base sistemática e linear durante o prazo da locação.

e) *Custos de empréstimos obtidos*

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos numa base de acréscimo durante o período a que respeitam e incluem no caso do ACP juros de empréstimos de médio e longo prazo obtidos e encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a alínea anterior, elaborada nos termos da NCRF 9 – Locações.

f) *Imparidade de Ativos*

O ACP avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade.

Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável.

A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O justo valor de um ativo e o seu valor de uso, quer no caso dos ativos fixos tangíveis, quer no caso de Goodwill são apurados com base nos fluxos de caixa futuros descontados para o período de referência.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis ou de goodwill são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

g) *Investimentos em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

h) *Inventários*

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

i) *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das jóias é reconhecido no momento

da sua faturação. O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2011, mas que abrangem uma parte do ano de 2012. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com as vendas de viagens é registado pela margem no caso das viagens não exclusivas e pelo grosso no caso das viagens exclusivas.

O rédito relativo aos contratos de assistência referente aos contratos de prestação de serviços existentes com as marcas automóveis é reconhecido ao longo do período de garantia de pós-venda de cada marca, apesar de a faturação ocorrer no momento da venda do veículo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os juros relativos a empréstimos concedidos são registados numa base de acréscimo durante os períodos a que dizem respeito.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões sempre que exista uma obrigação (legal ou implícita) presente como resultado de um acontecimento passado, da qual seja provável que resulte uma necessidade de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e que a mesma possa ser estimada com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As estimativas realizadas, designadamente as relacionadas com os processos em contencioso, são efetuadas com o apoio de especialistas internos ou consultores externos, contudo a revisão das mesmas pode afectar de forma significativa os resultados futuros.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k) Subsídios à exploração

Correspondem, essencialmente, aos subsídios de Entidades Oficiais, no âmbito da organização de provas desportivas de automobilismo a cargo do ACP, cujo valor é registado como rendimento quando é estabelecido o direito ao respetivo recebimento.

l) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP (ver nota 18).

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

m) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Os instrumentos financeiros caixa ou equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, acréscimos e diferimentos são mensurados ao custo.

Os empréstimos bancários são mensurados ao custo quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja

um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;

- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

Os investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente são mensurados ao justo valor.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

n) Benefícios dos empregados

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

o) Acréscimo de rendimentos

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2012, mas que dizem respeito a 2011, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades, contratos de assistência em viagem e juros de depósitos a prazo.

p) Acréscimo de gastos - Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias, respetivos encargos a pagar e a majoração das férias até ao limite de 25 dias é contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

q) Diferimentos

Os diferimentos resultam de encargos suportados com a melhoria de instalações arrendadas, reconhecidos pelo período esperado de arrendamento (três a dez anos), de rendimentos e gastos suportados em 2011 relativos a provas desportivas a realizar em 2012 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo réditto apenas será reconhecido em 2012 e com comissões pagas à entidade gestora dos contratos europeus de assistência às marcas, mas que abrangem o ano de 2012. Os diferimentos de gastos correspondem ainda aos valores dos seguros de assistência em viagem no estrangeiro contratados pela empresa para fazer face ao risco inerente aos contratos de assistência no período de garantia. Este gasto é reconhecido de acordo com o período a que a apólice de seguro diz respeito.

Encontram-se registados como diferimentos de rendimentos as quantias das quotas emitidas em 2011, mas cuja validade é posterior a 31 de Dezembro de 2011.

Os diferimentos de rendimentos são ainda compostos pelos valores já recebidos em contratos de assistência em viagem às marcas onde a contraprestação é recebida no início do período de garantia, embora o réditto seja reconhecido de forma linear pelo período de garantia dos veículos abrangidos pelo contrato em causa.

r) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.3 - Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do ACP.

b) *Provisões*

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) *Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill*

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no *goodwill* resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O *goodwill* em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do ACP.

e) *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é

possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não existirão correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções do ACP, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

g) *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do ACP situações que coloquem em causa a continuidade da entidade.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 - Fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2011	2010
Caixa	59.775,21	79.858,21
Depósitos à Ordem	843.953,19	1.449.569,23
Depósitos a Prazo	3.226.502,02	3.075.500,00
	4.130.230,42	4.604.927,44

A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos. O valor de 775.000 euros dos depósitos a prazo está afeto às provisões não-técnicas (ACP Mobilidade).

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6 - Consolidação

6.1 Perímetro de Consolidação

Empresa participada	Participação direta / indireta	Método de Consolidação
ACP Serviços de Assistência	100,00%	Integral
ACP Motorsport	100,00%	Integral
ACP Viagens e Turismo	100,00%	Integral
ACP Mobilidade	100,00%	Integral
ACP Comunicações	100,00%	Integral
Villas Boas ACP	50,00%	Equivalência patrimonial

6.2 Plano de contas do setor segurador

As demonstrações financeiras da ACP Mobilidade foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Setor Segurador, bem como de acordo com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Para efeitos da sua consolidação nas contas consolidadas do Grupo ACP foram as mesmas convertidas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Em termos das principais rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados o quadro seguinte sintetiza a conversão efetuada:

ACP Mobilidade	ACP Consolidado
Ativo	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	Caixa e depósitos bancários
Outros depósitos	Caixa e depósitos bancários
Terrenos e edifícios de rendimento	Propriedades de investimento
Outros ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis
Contas a receber por operações de seguro direto	Clientes
Contas a receber por outras operações de resseguro	Clientes
Contas a receber por outras operações	Outras contas a receber
Ativos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Passivo	
Provisão para prémios não adquiridos	Diferimentos
Provisão para sinistros	Outras contas a pagar (acréscimos de gastos)
Outros passivos financeiros - passivos subordinados	Empréstimos obtidos
Contas a pagar por operações de seguro direto	Fornecedores
Contas a pagar por outras operações	Outras contas a pagar
Passivos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Rendimentos	
Prémios brutos emitidos	Vendas e serviços prestados
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Vendas e serviços prestados
Custos com sinistros, líquidos de resseguro - montantes brutos	Fornecimentos e Serviços Externos
Provisão para sinistros (variação)	Fornecimentos e Serviços Externos
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	Juros e rendimentos similares obtidos

Foram excluídas as rubricas que não apresentam valores após os ajustamentos de consolidação.

7 - Partes relacionadas

As transações realizadas entre o Grupo ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente a comissões e os gastos aos seguros do grupo.

i. Empresas associadas

	Transacções	
	Rend. Operacionais	Gastos Operacionais
Villas Boas ACP	-	183.563,40
ACP Seguros	494.054,80	8.184,86
	494.054,80	191.748,26

	Saldos		
	Clientes	Ad. Clientes	Outras contas rec./pagar
Villas Boas ACP	-	-	(37.647,62)
ACP Seguros	11.340,00	(1.152.671,19)	-
	11.340,00	(1.152.671,19)	(37.647,62)

As remunerações globais dos órgãos de gestão das empresas do grupo são as seguintes:

	2011	2010
Remunerações	256.748,05	265.531,08
Encargos Sociais	33.678,27	47.002,79
Outros encargos	5.116,81	2.571,12
	295.543,13	315.104,99

Em ambos os exercícios as remunerações dizem respeito a 3 elementos dos órgãos de gestão de empresas do grupo. Um dos elementos de um dos órgãos de gestão integra o plano complementar de pensões atribuído a trabalhadores admitidos antes de 1992.

8 - Ativos fixos tangíveis:

	Início do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	513.534,77		513.534,77	1.608.890,89		1.608.890,89
Edifícios e outras construções	21.563.148,01	9.315.130,90	12.248.017,11	20.730.254,91	10.283.710,36	10.446.544,55
Equipamento básico	2.849.337,22	2.723.953,63	125.383,59	2.894.061,87	2.640.215,75	253.846,12
Equipamento de transporte	2.308.296,77	2.007.098,49	301.198,28	2.390.451,79	1.979.069,26	411.382,53
Equipamento administrativo	7.323.514,89	6.977.381,89	346.133,00	7.087.575,65	6.738.227,78	349.347,87
Investimentos em Curso	133.369,73		133.369,73	178.004,35		178.004,35
	34.691.201,39	21.023.564,91	13.667.636,48	34.889.239,46	21.641.223,15	13.248.016,31

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Deprec.	Regulações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recurs. Naturais	513.534,77			1.095.356,12				1.608.890,89
Edific. e outras construções	12.248.017,11	299.431,77		(1.132.324,87)	(933.572,68)		(35.006,78)	10.446.544,55
Equipamento básico	125.383,59	195.699,32	(149.466,05)	(1.508,62)	(122.968,37)		206.706,25	253.846,12
Equipamento de transporte	301.198,28	215.941,07	(350.705,55)	216.919,50	(176.821,63)		204.850,86	411.382,53
Equipamento administrativo	346.133,00	169.511,46		(405.450,70)	(196.951,50)		436.105,61	349.347,87
Investimentos em Curso	133.369,73	157.414,39		(112.779,77)				178.004,35
	13.667.636,48	1.037.998,01	(500.171,60)	(339.788,34)	(1.430.314,18)	0,00	812.655,94	13.248.016,31

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6.553.695,23	Hipoteca
Equipamento básico	27.221,51	Reserva de Propriedade
Equipamento de transporte	313.850,21	Reserva de Propriedade
	6.894.766,95	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2011, o grupo ACP possui 341.072 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira (ver nota 10.1).

9 - Ativos não correntes detidos para venda

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf.	Saldo Final
Edifícios	214.732,50	6.536,71			221.269,21
Imparidades Acumuladas	(17.437,50)	(4.831,71)			(22.269,21)
	197.295,00	1.705,00	0,00	0,00	199.000,00

O valor apresentado corresponde a um imóvel sito no Funchal, cuja escritura de venda foi realizada no dia 4 de Janeiro de 2012.

O valor do ativo corresponde ao valor que o ACP entende que irá receber pelo imóvel deduzido dos custos inerentes à venda.

10 - Locações

10.1 Locações financeiras

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento básico	27.221,51	10.888,59	16.332,92
Equipamento de transporte	313.850,21	137.817,49	176.032,72
	341.071,72	148.706,08	192.365,64

	Menor 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		Maior 5 Anos		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras								
Equipamento básico	8.980,60	8.783,01	5.943,13	5.559,42			14.923,73	14.342,43
Equipamento de transporte	87.618,41	85.690,63	162.933,65	145.845,79			250.552,06	231.536,42
	96.599,01	94.473,64	168.876,78	151.405,21	0,00	0,00	265.475,79	245.878,85

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 4,55%, correspondente à taxa *swap* para operações de maturidade similar (1,30%) acrescida de um *spread* de 3,25%, de acordo com as taxas de mercado.

10.2 Locações operacionais

Pagamentos Mínimos Futuros	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Locações Operacionais				
Melhorias C.Center	57.465,55	-	-	57.465,55
Viaturas	125.749,41	276.905,04	-	402.654,45
	183.214,96	276.905,04	0,00	460.120,00

11 - Imparidade de ativos:

As contas apresentadas no quadro seguinte apresentam situações de imparidade:

	2011	2010
Contas a Receber		
Valor Bruto		
- Clientes	3.406.688,13	4.561.201,94
- Sócios	339.048,99	692.961,85
- Outros Devedores	269.399,39	847.554,33
Total	4.015.136,51	6.101.718,12
Imparidades totais		
- Clientes	723.961,20	861.007,17
- Sócios	37.346,40	23.305,15
- Outros Devedores	27.527,02	239.854,40
Total	788.834,62	1.124.166,72
Valor Líquido		
- Clientes	2.682.726,93	3.700.194,77
- Sócios	301.702,59	669.656,70
- Outros Devedores	241.872,37	607.699,93
Total	3.226.301,89	4.977.551,40

O quadro seguinte apresenta os movimentos nas imparidades acima referenciadas:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	861.007,17	275.298,64	(73.624,28)	(338.720,33)	723.961,20
- Sócios	23.305,15	14.041,25			37.346,40
- Outros Devedores	239.854,40	2.890,69	(9.702,18)	(205.515,89)	27.527,02
	1.124.166,72	292.230,58	(83.326,46)	(544.236,22)	788.834,62

12 - Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 50% na empresa Villas Boas ACP, a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Directa	% de Participação Indirecta
	2011	2010		
Partes de capital em empresas associadas				
Villas Boas ACP, Lda (Met. Eq. Patrimonial)	2.757.792,76	2.742.820,86	50,00%	0,00%
Villas Boas ACP, Lda (Goodwill)	9.428.845,28	9.430.525,28	50,00%	0,00%
Total	12.186.638,04	12.173.346,14	50,00%	0,00%

	Informação Financeira					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
Villas Boas ACP, Lda	23.397.591,23	17.882.005,71	5.515.585,52	641.726,44	5.590.333,37	2011

13 - Inventários:

Descrição	2011	2010
Mercadorias	720.677,68	759.966,89
Matérias-primas	33.289,67	47.252,41
	753.967,35	807.219,30
Imparidades do período	(20.745,58)	(49.575,06)
Imparidades de períodos anteriores	(107.540,48)	(57.965,42)
	(128.286,06)	(107.540,48)
Total	625.681,29	699.678,82

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários				
- Mercadorias	86.488,45	6.523,95	0,00	93.012,40
- Produtos Acabados	1.603,66	0,00	0,00	1.603,66
- Matérias-Primas	19.448,37	14.221,63	0,00	33.670,00
	107.540,48	20.745,58	0,00	128.286,06

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2011	2010	2011	2010
Existências iniciais	759.966,89	560.264,40	47.252,41	32.637,82
Compras	817.775,43	991.831,85	255.223,81	237.152,52
Regularização de existências	12.688,19	(936,01)	-	-
Existências finais	720.677,68	759.966,89	33.289,67	47.252,41
Custo do exercício	869.752,83	791.193,35	269.186,55	222.537,93

O custo do exercício compreende o custo das mercadorias vendidas, bem como os valores registados em Fornecimentos e Serviços Externos relativos a consumos das viaturas da frota e de consumíveis de escritório, os quais foram registados nas contas respetivas de combustíveis, conservação e reparação e material de escritório apesar da sua movimentação ser realizada a partir dos Inventários.

14 - Rédito

	2011	2010
Vendas	943.185,14	969.483,51
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14.601.293,51	15.540.646,72
- Contratos Tipo Pay Per Use	3.244.522,98	3.285.395,63
- Receitas com patrocínios e publicidade	2.193.933,62	2.996.683,42
- Patrulhamento	1.701.616,01	1.654.910,54
- Agência de Viagens	1.695.952,81	2.107.360,36
- Receitas de protocolos diversos	1.470.254,38	1.759.148,61
- Contratos Tipo Fee	1.187.724,38	1.418.549,68
- Centros de exames de condução	1.041.986,91	1.020.469,02
- Receitas de inscrições em provas desportivas	990.553,88	1.245.192,50
- Receitas com serviços de documentação	763.121,17	845.174,41
- Receitas com escolas de condução	540.163,28	640.190,73
- Prémios de Seguros	380.863,84	6.419.098,69
- Outros serviços prestados	1.061.231,56	1.753.474,27
	30.873.218,33	40.686.294,58
Subsídios à Exploração	970.000,00	1.645.700,00
Juros	188.942,53	104.788,31
	32.975.346,00	43.406.266,40

A principal redução está relacionada com os prémios de seguros, uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2011, a ACP Mobilidade deixou de efetuar o resseguro de assistência em viagem da Liberty Seguros.

A redução observada nas joias e quotas explica-se, por um lado, pela substituição de sócios ouro por sócios bronze (sócios sem direito a assistência e com valor de quota inferior) e por outro lado, pelo efeito da substituição, por demissão destes, de sócios com quotas de acordo com estatuto antigo (Período de Janeiro a Dezembro) por sócios com período de quota de acordo com a data de admissão.

As reduções nos patrocínios, inscrições e subsídios explicam-se pela redução do número de provas de desporto motorizado.

15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

15.1 Provisões:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	12.417,95	2.134.785,58	0,00	0,00	2.147.203,53
	12.417,95	2.134.785,58	0,00	0,00	2.147.203,53

A Repsol Portuguesa, SA intentou contra o ACP uma ação de condenação com processo ordinário por resolução unilateral de contrato sem fundamento legal ou contratual, a qual tem um valor global de cerca de 5,3 milhões de euros. O ACP foi condenado a pagar à Repsol a quantia de 1.030.328,70 euros, bem como a quantia que vier a liquidar-se em sede subsequente, quanto ao período decorrido entre Setembro de 2010 e 18 de Abril de 2012. Atendendo ao racional desenvolvido pelo tribunal estima-se que esta quantia será, no máximo, de 2.793.000 euros.

Na opinião do ACP e dos seus consultores nesta matéria, o tribunal não se pronunciou sobre parte dos argumentos apresentados pelo ACP, designadamente num parecer solicitado pelo ACP. O ACP recorreu da condenação em 1ª instância, sendo convicção da gestão que o ACP será absolvido, contudo por questões de prudência decorrentes da condenação mencionada, constituiu uma provisão de 1.911.664,35 euros, equivalente a 50% do valor máximo decorrente do processo de condenação.

A restante provisão corresponde ao risco decorrente de uma ação do foro laboral interposta contra a ACP Serviços de Assistência, Lda.

A gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

15.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral, os quais envolvem pedidos de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O valor global destas indemnizações, deduzido de eventuais pedidos reconventionais efetuados pelo ACP, ascende a cerca de 580 mil euros (inclui apenas os processos cuja análise não deu lugar à constituição de uma provisão).

16 - Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2011	2010
Instituto Turismo Portugal	900.000,00	1.350.000,00
Junta Turismo Costa do Estoril	0,00	123.200,00
Região de Turismo da Serra da Estrela	0,00	100.000,00
Autarquias	70.000,00	72.500,00
	970.000,00	1.645.700,00

17 - Acontecimentos após a data do Balanço:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 20 de Março de 2012 na reunião da Direcção do ACP.

Após essa data apenas a Assembleia Geral tem poder para alterar as mesmas.

18 - Impostos sobre o rendimento:

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários. Os rendimentos das restantes empresas incluídas no perímetro de consolidação estão sujeitos a IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

18.1 Imposto corrente

Imposto corrente	139.553,82
Dif. temp. originárias exercício	98.412,08
Imposto sobre o rend. do exercício	237.965,90

18.2 Reconciliação da taxa efetiva de imposto

Atendendo às particularidades do ACP acima mencionadas e ao facto do resultado antes de impostos ser negativo a apresentação da reconciliação da taxa efetiva de imposto não pode ser realizada.

18.3 Impostos Diferidos

As empresas do grupo ACP apresentam diferenças temporárias decorrentes da apresentação de prejuízos fiscais, amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25. Nos casos em que é previsível a sua reversão as empresas do grupo contabilizam os respetivos impostos diferidos.

Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Base das Dif. Temporárias – Provisões para Pensões	116.368,00	19.383,49	0,00	135.751,49
Base das Dif. Temporárias – Perdas imparidade não dedutíveis	58.566,41	0,00	11.519,52	47.046,89
Base das Dif. Temporárias - Reporte prejuízos	1.094.640,00		401.984,12	692.655,88
Diferenças Temporárias totais	1.269.574,41	19.383,49	413.503,64	875.454,26
Imposto diferido	320.017,62	5.136,62	103.548,70	221.605,54

19 - Instrumentos financeiros

2011	Mensuração	At. Fin. detidos p/ negociação	Empr. e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar	Imparidades	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	1.479,00	4.130.230,42			4.131.709,42
Clientes Gerais	Custo		3.406.688,13		-723.961,20	2.682.726,93
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		0,00			0,00
Sub-total (clientes)		0,00	3.406.688,13	0,00	-723.961,20	2.682.726,93
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Acionistas (participante)	Custo					0,00
Sócios	Custo		339.048,99		-37.346,40	301.702,59
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber (nota 23.1)	Custo		269.399,39		-27.527,02	241.872,37
Diferimentos (nota 23.3)	Custo		500.259,68			500.259,68
Total		1.479,00	8.306.577,62	0,00	-751.488,22	7.556.568,40
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			2.910.364,58		2.910.364,58
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			0,00		0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			0,00		0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	2.910.364,58	0,00	2.910.364,58
Adiantamento de Clientes	Custo			1.227.089,04		1.227.089,04
Empréstimos obtidos	Custo			2.855.311,02		2.855.311,02
Outras contas a pagar (nota 23.2)	Custo			3.909.973,07		3.909.973,07
Diferimentos (nota 23.3)	Custo			3.845.973,69		3.845.973,69
Total		0,00	0,00	14.748.711,40	0,00	14.748.711,40

2010						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	6.062,69	4.604.927,45			4.610.990,14
Clientes Gerais	Custo		4.549.861,94		-861.007,17	3.688.854,77
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		11.340,00			11.340,00
Sub-total (clientes)		0,00	4.561.201,94	0,00	-861.007,17	3.700.194,77
Empréstimos a participadas	Custo		0,00			0,00
Accionistas (participante)	Custo		0,00			0,00
Sócios	Custo		692.961,85		-23.305,15	669.656,70
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	692.961,85	0,00	-23.305,15	669.656,70
Outras contas a receber (nota 23.1)	Custo		847.554,33		-239.854,40	607.699,93
Diferimentos (nota 23.3)	Custo		502.372,70			502.372,70
Total		6.062,69	11.209.018,27	0,00	-1.147.471,87	10.090.914,24
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			5.360.317,32		5.360.317,32
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			0,00		0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			0,00		0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	5.360.317,32	0,00	5.360.317,32
Adiantamento de Clientes	Custo			1.624.326,17		1.624.326,17
Empréstimos obtidos	Custo			3.102.303,62		3.102.303,62
Outras contas a pagar (nota 23.2)	Custo			3.461.542,42		3.461.542,42
Diferimentos (nota 23.3)	Custo			3.605.148,88		3.605.148,88
Total		0,00	0,00	17.153.638,41	0,00	17.153.638,41

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos instrumentos financeiros passivos entre correntes e não correntes.

2011	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	2.910.364,58	2.910.364,58
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	0,00	0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	2.910.364,58	2.910.364,58
Empréstimos obtidos	2.592.871,52	262.439,50	2.855.311,02
Outras contas a pagar	0,00	3.909.973,07	3.909.973,07
Total	2.592.871,52	7.082.777,15	9.675.648,67
2010			
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	5.360.317,32	5.360.317,32
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	0,00	0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	5.360.317,32	5.360.317,32
Empréstimos obtidos	2.842.734,34	259.569,28	3.102.303,62
Outras contas a pagar	0,00	3.461.542,42	3.461.542,42
Total	2.842.734,34	5.619.886,60	8.462.620,94

19.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa e cuja perda registada de 4.583,69 Euros corresponde à variação da cotação das mesmas em 2011.

19.2 Passivos financeiros mensurados ao custo

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.711.538,45 euros. Os juros relativos a este empréstimo registados em 2011 foram de 59.402,81 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

Amortizações de capital	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	230.769,23	923.076,92	1.557.692,30	2.711.538,45
	230.769,23	923.076,92	1.557.692,30	2.711.538,45

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um spread de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

19.3 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.553.695,23 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

20 - Benefícios dos empregados

20.1 Benefícios pós-emprego

Como referido na Nota 3 m), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2011, sumarizam-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	907.894,72
Custo dos serviços correntes	7.832,75
Reforço de provisão	148.414,16
Utilização da provisão	-86.591,15
Saldo final	977.550,48

Em 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se abrangidos por este plano 145 empregados no ativo.

O reforço da provisão deveu-se à alteração da taxa técnica de juro, numa perspetiva conservadora face à recente evolução dos mercados financeiros.

A provisão em 31 de Dezembro de 2011 no montante de 977.550,48 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

21 - Capital Próprio

21.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	2011	2010
Ajustamentos de transição	(27.607,23)	(27.607,23)
Lucros não atribuídos	1.775.960,52	478.749,18
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(508.379,89)	(452.488,57)
Total	1.239.973,40	(1.346,62)

Os ajustamentos em partes de capital em associadas foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos relacionados com movimentações nos capitais próprios das empresas participadas.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
Villas Boas ACP	1.547.211,33	(250.000,00)	(55.891,32)	1.241.320,01
	1.547.211,33	(250.000,00)	(55.891,32)	1.241.320,01

22 - Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 508ºF)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 508ºF do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pelas diversas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas do Grupo foi de 87 907 Euros, dos quais 65 807 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 22 100 Euros a serviços de consultoria fiscal.

23 - Outras contas a receber/pagar e diferimentos

23.1 Outras contas a receber

	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Proveitos financeiros	51.748,67	21.623,54
- Serviços de assistência prestados em 2010	10.170,99	119.391,95
- Comissões 2011 (2010)	8.615,49	10.208,03
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	6.885,96	29.451,97
- Rendimentos associados a provas desportivas	0,00	205.000,00
- Outros Rendimentos	26.541,91	38.964,35
	103.963,02	424.639,84
Outras contas a receber		
- Pessoal	47.249,76	52.097,91
- Outros	90.659,59	130.962,18
	137.909,35	183.060,09
Total	241.872,37	607.699,93

23.2 Outras contas a pagar

	2011	2010
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1.787.492,28	1.826.446,09
- Outros acréscimos de gastos com pessoal	331.668,07	0,00
- Contratos de serviços de assistência	202.314,18	278.081,74
- Gastos associados a provas desportivas	43.722,51	135.926,34
- Subcontratos da Agência de Viagens	5.727,00	16.507,71
- Outros gastos	152.567,72	316.505,50
	2.523.491,76	2.573.467,38
Outras contas a pagar		
- Fornecedores de Investimentos	865.097,65	153.184,56
- Processos Judiciais	43.760,49	43.760,49
- Recebimentos por conta	39.215,21	43.593,18
- Entidades oficiais	34.830,81	32.301,04
- Outros	403.577,15	615.235,77
	1.386.481,31	888.075,04
Total	3.909.973,07	3.461.542,42

23.3 Diferimentos

	2011	2010
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	110.536,53	15.799,94
- Subcontratos da Agência de Viagens	101.527,63	82.068,25
- Comissões angariação sócios	36.072,71	132.105,75
- Gastos associados a provas desportivas	32.524,71	12.293,56
- Rendas	32.432,78	31.462,70
- Comissões ARC	22.128,48	37.232,40
- Gastos plurienais	20.095,70	62.504,90
- Outros gastos diferidos	144.941,14	128.905,20
	500.259,68	502.372,70
Diferimentos		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2.862.103,90	2.628.417,21
- Contratos de serviços de assistência (marcas)	614.859,01	631.522,31
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	180.169,19	165.772,26
- Provisão para prémios não adquiridos	160.887,19	172.481,15
- Outros rendimentos	27.954,40	6.955,95
	3.845.973,69	3.605.148,88

24- Saldos com o estado e outros entes públicos

	2011		2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	375.467,08	10.828,53	195.099,56	39.760,22
Retenções efectuados S/ IR	-	122.857,43	-	142.153,02
IVA	257.705,73	250.628,78	43.531,37	242.368,00
Contribuições para a Segurança Social	-	185.158,59	-	231.028,88
Outros impostos	2.646,26	4.629,07	-	4.559,37
	635.819,07	574.102,40	238.630,93	659.869,49

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social, com exceção de um valor que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social alega ser credor da empresa do grupo ACP – Serviços de Assistência, Lda, dívida esta que foi reclamada pela empresa.

25 - Fornecimentos e Serviços Externos

	2011	2010
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Subcontratos	4.319.001,99	11.761.674,86
- Trabalhos Especializados	3.586.208,67	5.142.165,82
- Comunicação	1.418.660,40	1.423.332,09
- Publicidade e Propaganda	1.376.621,80	1.535.408,54
- Rendas e Alugueres	1.251.864,61	1.449.614,85
- Deslocações e Estadas	939.553,45	838.115,20
- Conservação e Reparação	915.197,89	1.083.300,37
- Combustíveis	672.333,84	613.310,66
- Vigilância e Segurança	654.523,09	674.694,57
- Honorários	410.041,22	443.401,61
- Seguros	226.833,25	235.353,79
- Custos com Sinistros	107.734,64	1.187.333,60
- Outros	1.646.682,51	1.287.824,06
	17.525.257,36	27.675.530,02

A principal redução verificou-se na subcontratação de serviços de assistência em viagem, resultantes da cessação do contrato entre a ACP Mobilidade e a Liberty Seguros e com a redução do número de assistências aos sócios. A redução observada está ainda relacionada com a redução das provas de desporto motorizado organizadas em 2011.

26 - Gastos com o Pessoal

	2011	2010
Gastos com o Pessoal		
Remunerações	10.423.789,60	10.937.471,56
Benefícios pós-emprego	163.472,20	24.872,88
Indemnizações	220.416,72	116.244,98
Encargos	2.271.224,52	2.287.639,21
Outros	158.626,88	196.074,85
	13.237.529,92	13.562.303,48

Durante o exercício de 2011 o Grupo ACP teve ao seu serviço, em média, 457 pessoas. Em 2010 tinha ao seu serviço 477 pessoas.

O Grupo ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 20.

27 - Outros

27.1 Outros rendimentos e ganhos

	2011	2010
Outros rendimentos e Ganhos		
Restituição de Impostos	384.208,78	177.527,62
Correções de Exercícios Anteriores	180.195,96	83.305,20
Rend. e ganhos em invest. não financ.	161.702,30	442.855,55
Rendimentos suplementares	85.517,24	191.101,14
Ganhos em inventários	56.098,23	19.100,71
Alienação viaturas sinistradas	41.500,00	0,00
Outros	12.914,56	34.785,21
	922.137,07	948.675,43

27.2 Outros gastos e perdas

	2011	2010
Outros gastos e perdas		
Gastos da área desportiva	295.976,33	592.166,77
Serviços bancários	289.335,00	263.860,27
Correções Relativas a Exerc. Anteriores	93.699,42	584.048,67
Ofertas a amostras de inventários	88.931,13	55.607,16
Impostos	79.090,32	111.961,27
Quotizações	60.030,13	55.196,16
Dívidas incobráveis	46.071,16	18.304,24
Perdas em inventários	43.409,94	13.772,30
Reparações viaturas terceiros	11.241,40	138.716,42
Gastos e perdas em invest. não financ.	0,00	11.720,81
Outros	47.095,23	47.079,50
	1.054.880,06	1.892.433,57

28 - Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

BES - processo judicial	3.823.328,70
Santander Totta - processo judicial	200.000,00
Millennium BCP - Crédito de reservas de transportes aéreos	198.350,00
BPI - aluguer de instalações	137.955,60
BPI - pensão de acidente de trabalho	15.727,08
Santander Totta - crédito de fiança e importações	4.239,78
	4.379.601,16

O Diretor Financeiro

A Direcção

André Veloso Ferreira dos Santos (TOC nº74174)

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 35.048.794 euros e um total de capital próprio de 16.413.434 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.356.666 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, Demonstração consolidada dos resultados por funções, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 30 de Março de 2012

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

